UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Um outro mundo é possível
A técnica do consenso na rede do Fórum Social Mundial

Marcel de Souza Gomes

São Paulo
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Um outro mundo é possível

A técnica do consenso na rede do Fórum Social Mundial

Marcel de Souza Gomes

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política, do Departamento de
Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Mestre em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Adrian Gurza Lavalle

São Paulo
2008

Dedicatória

À Carol

Prólogo

O desejo de desenvolver esta investigação acadêmica surgiu ao longo dos anos em que cobri, como jornalista, o nascimento e o desenvolvimento do Fórum Social Mundial (FSM), uma das mais ambiciosas articulações já construídas por movimentos sociais e organizações não-governamentais na arena transnacional. Interessava-me o desafio assumido por cada grupo de ativistas de superar as particularidades das lutas de cada um, para que fosse possível construir uma união contra a chamada globalização neoliberal. Eram sindicatos, movimentos camponeses, igrejas, ambientalistas, feministas e ativistas pelos direitos humanos mobilizados para a criação e o fortalecimento de seus vínculos, a fim de resistir e propor alternativas nos níveis políticos, econômicos e sociais. Mas como podiam alcançar esse objetivo? Como superar culturas organizacionais e projetos distintos para realmente armarem uma frente sólida e propositiva contra um adversário poderoso e que, segundo eles, é apoiado por governos de países ricos e por grandes companhias transnacionais? Essas questões instalaram-se nas cabeças dos organizadores do Fórum desde que o projeto começou a ser elaborado, em meados do ano 2000. Sabia-se, desde então, que o fortalecimento do grupo e sua efetividade dependeriam da superação dos conflitos internos entre as organizações. Muitos diziam que o FSM poderia se transformar no “movimento dos movimentos”, ao reunir sob uma única bandeira organizações da sociedade civil de vários países. A partir dessas impressões particulares sobre o Fórum, enfrentei a literatura sobre movimentos sociais e considerei que análises com um viés mais cultural, que tratavam do tema da identidade e da formação de redes poderiam colaborar para a compreensão do objeto, tão marcado pelas diferenças de origem entre seus participantes. Também decidi realizar uma investigação empírica, complementar às

entrevistas, através da técnica da Análise de Redes Sociais. Foi minha primeira experiência prática nessa área, que já é bastante utilizada, inclusive no Brasil, para a pesquisa de organizações da sociedade civil, e acredito ter encontrado alguns resultados interessantes que podem colaborar com o debate sobre movimentos sociais e coalizões transnacionais. Ao longo destes três anos de estudos no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, não poderia deixar de fazer alguns agradecimentos. Primeiro, a meu orientador, prof. dr. Adrian Gurza Lavalle, que assumiu minha orientação apenas em 2008 e cuja experiência em estudos sobre movimentos sociais ajudou-me a ampliar minha compreensão sobre o Fórum. Gostaria de agradecer também a meu primeiro orientador, prof. dr. Lucio Kowarick, quem primeiro me apresentou a literatura sobre o tema, mas que, por motivos alheios a sua vontade, teve de suspender a orientação. Por esses anos de convivência, obrigado a todos os funcionários do Departamento de Ciência Política, sempre parceiros para tornar mais tranqüila a relação entre aluno e universidade. A execução desta pesquisa também não seria possível sem o apoio do CNPq, que forneceu financiamento no período de investigação empírica e redação do trabalho, entre setembro de 2007 e setembro de 2008. Um agradecimento também a todos os companheiros que estiveram comigo nos Fóruns Sociais Mundiais, pela Carta Maior, bem como àqueles da ONG Repórter Brasil, que, hoje em dia, são meus colegas de trabalho em projetos de suporte a movimentos sociais. Entre eles, gostaria de destacar Leonardo Sakamoto, quem primeiro me apresentou a técnica da Análise de Redes, e Iberê Tenório, cujos conhecimentos em softwares permitiram que entrevistados no exterior participassem da pesquisa. Finalmente, obrigado à minha família, em especial à Carol, que sempre me dedicou apoio e incentivo. Sem todos vocês, eu não teria chegado ao fim desta empreitada.

Resumo

Esta dissertação de mestrado analisa o Fórum Social Mundial, uma das maiores articulações promovidas por organizações da sociedade civil, a partir de desenvolvimentos recentes da teoria de movimentos sociais acerca de redes e identidade coletiva no plano transnacional. Emprega também a técnica da Análise de Rede Social para verificar as relações de poder dentro do Conselho Internacional do Fórum, seu órgão mais representativo. Os resultados apontam a existência de um “núcleo duro” à frente do processo de articulação, que mantém uma série de regras de conduta e metodologia de trabalho para mediar os conflitos internos e evitar a desagregação do grupo. Indicam também que grupos mais antigos, de estrutura tradicional, como organizações não-governamentais e movimentos sociais de base, são mais influentes no Fórum do que redes e coalizões surgidas mais recentemente na onda de contestações à chamada globalização neoliberal. Essa conclusão polemiza com leituras da realidade que apontam as redes e coalizões como os novos movimentos sociais da contemporaneidade.

Abstract

This research analyzes the World Social Forum – one of the more important networks promoted by civil society organizations – using recent developments of the theory of social movements on network and collective identity in the transnational space. It also uses Social Network Analysis to verify the power relations inside of the International Council of the Forum, its more representative department. The results point the existence of a powerful nucleus that keeps rules of behavior and some methodologies to mediate internal conflicts and to prevent the disaggregation of the group. They also indicate that old entities with more traditional structures, as non-governmental organizations and grassroots movements, are more influential in the Forum than coalitions or other kinds of networks who emerge more recently in protests against neoliberal globalization. This conclusion polemizes with some studies that point coalitions as the strongest social movements of contemporaneity.

Palavras-chave

Redes; transnacional; movimentos sociais; Fórum Social Mundial; ONGs; coalizões

Índice

Apresentação	8
Capítulo 1	
A construção do Fórum	26
Capítulo 2	
Os conflitos e a técnica do consenso	47
Capítulo 3	
A Análise de Rede do Conselho Internacional	65
Considerações Finais	83
Bibliografia	87
Anexo	93

Apresentação

O conceito de rede e seu potencial para iluminar a ação coletiva constituem-se em dois dos mais influentes desenvolvimentos da teoria recente sobre movimentos sociais. Ocupam espaço destacado em uma literatura que registra a intensificação das coalizões de organizações da sociedade civil, as quais partilhariam vínculos permitindo mais intensa troca de informações e possibilidade de articular políticas conjuntas. Essa abordagem é ainda mais usual em estudos sobre entidades civis que atuam no plano transnacional. A idéia de que o mundo contemporâneo está todo conectado, e que decisões tomadas além das fronteiras do Estado-Nação influenciam comunidades locais, incentiva muitos ativistas a estabelecerem contatos no estrangeiro, em busca dos mais variados recursos – informações, dinheiro e apoio político ou técnico.

Essas novas conexões formam a base das coalizões, que operam em diversos locais e com temas distintos, como direitos humanos, feminismo, ambientalismo ou a reforma de instituições financeiras multilaterais. A partir de um tema de luta comum, os participantes dessas redes afirmam convergências em suas ideologias, criam rotinas para tornar mais produtivo o trabalho e definem políticas conjuntas de ação. É diante desse fenômeno que analistas, tanto na academia quanto nas próprias organizações, têm produzido trabalhos nos quais apontam a expressão de um novo tipo de movimento social. Seriam grupos capazes de manter ativistas pelos países mais distintos do globo, e que permanecem conectados via internet, através da qual discutem seus temas de luta e articulam ações, como protestos de rua e lobbies nos gabinetes oficiais. Possuiriam, enfim, uma identidade coletiva comum, fundamental para cada um reconhecer o outro como membro da rede, convergir na identificação dos problemas, participar de atividades conjuntas e celebrar as mesmas vitórias.

São essas perspectivas que orientam o olhar de muitos que escrevem sobre o Fórum Social Mundial (FSM), uma das mais ambiciosas e amplas articulações já construídas por organizações da sociedade civil na arena transnacional. O FSM, cuja expressão mais conhecida são os grandes encontros anuais já realizados em Porto Alegre (Brasil), em Mumbai (Índia) e em Nairóbi (Quênia), reúne sindicatos, movimentos de camponeses, igrejas, ambientalistas, feministas e ativistas pelos direitos humanos e contra a pobreza, que se mobilizam para a criação e o fortalecimento de seus vínculos a fim de, primeiro, resistir e, depois, propor alternativas ao que eles chamam de *globalização neoliberal*. O FSM foi lançado no ano de 2001, em Porto Alegre, e sua perenidade e poder de expansão têm justificado uma série de interpretações estilizadas sobre sua existência e seu futuro, inclusive em linha com o descrito anteriormente sobre abordagens que vêem redes tais quais movimentos sociais. O FSM é chamado de “movimentos dos movimentos” (Engelke, 2004), “representação simbólica de movimentos mundial anti-sistêmicos” (Allahwala e Keil, 2005), “novo sujeito coletivo” e “movimento altermundista” (Evangalista, 2006), “Assembléia dos Povos do Planeta” (Ramonet 2002), “Assembléia Civil Global” (Grefe, Greffrath e Schumann, 2005), “processo cultural” (Conway, 2005) e “expressão de democracia deliberativa” (Donatella della Porta 2005, apud Tarrow, 2005).

O que esta dissertação de mestrado defende é que muitas dessas interpretações subestimam o enorme potencial desagregador dos conflitos internos do FSM, os quais impedem a consolidação da identidade coletiva de seus participantes. E sem uma identidade comum em termos de estrutura de organização, tipos de intervenção pública e ideologias, enfraquecem-se as abordagens que tratam o FSM como um movimento social. Esse argumento é sustentado pelos resultados obtidos por este pesquisador com a Análise de Rede Social do Conselho Internacional do Fórum, seu órgão mais

representativo. Os dados indicam que há diversos atores centrais na rede e que, em muitos casos, eles sequer se mantêm diretamente conectados. São organizações com experiências distintas, que trabalham com temáticas próprias e que apostam em ações coletivas nem sempre convergentes. O curioso é que esse estado das coisas surge como resultado de opções tomadas conscientemente pelos fundadores do FSM desde seu lançamento. Naquela ocasião, foram definidas regras de conduta e metodologia de trabalho para mediar os conflitos entre as entidades, manter a diversidade e evitar a desagregação da rede. Essa configuração, que também não é consenso e gera conflito interno, reforça a idéia de que o FSM não caminha para se tornar um movimento social, porque esta não é a intenção das organizações que constituem seu núcleo.

A Análise de Rede Social do Conselho Internacional também permite uma importante constatação sobre as capacidades potenciais de articulação – e, portanto, de poder – de suas organizações: os atores de maior centralidade possuem um perfil mais tradicional do que aqueles considerados mais contemporâneos, justamente as redes e coalizões. Menos institucionalizadas, hierarquizadas e consolidadas, estas dependem dos movimentos sociais tradicionais – desde os vinculados ao mundo do trabalho, como os sindicatos, quanto os chamados de Novos Movimentos Sociais, como o ambientalista – para operarem dentro do Fórum. Essa condição revela a importância de marcar as diferenças entre movimentos sociais, tais quais definidas no acúmulo de uma literatura mais do que centenária, e as redes que povoam a contemporaneidade de esperança quanto a seu potencial transformador.

O FSM, objeto desta pesquisa, aparece em muitas intervenções como um movimento capaz de unir todas as lutas da sociedade civil em escala planetária. Nove anos depois de sua criação, o fato de aquilo não ter ocorrido leva analistas a apontarem o fracasso do processo, desconsiderando que suas críticas poderiam ser fruto mais de

desejos normativos particulares do que embasadas nas reais opções das organizações mais centrais no Fórum. Afinal, para elas, o FSM jamais se constituiu como um movimento social, mas sim como um espaço, real e virtual, de articulação das mais variadas entidades da sociedade civil, que não necessariamente teriam de assumir ações coordenadas após os múltiplos tipos de contatos – reuniões, assembléias e manifestações – realizados através da rede. O Fórum-espaço surge como uma representação conceitual mais fiel da realidade do que um imaginário Fórum-movimento, que, na verdade, nunca existiu.

Não é à toa que o FSM costuma ser lembrado a partir das imagens dos espaços dos encontros que realiza ao redor do mundo. Já foram organizados sete Fóruns Sociais Mundiais, sendo quatro deles em Porto Alegre (2001, 2002, 2003 e 2005), um em Mumbai, na Índia (2004), um dividido entre Venezuela, Mali e Paquistão (2006) e um em Nairóbi, no Quênia (2007). O próximo, em 2009, ocorrerá em Belém do Pará. Nesses espaços, ativistas provenientes de todo o planeta reúnem-se para debater, articular e propor alternativas contra “um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições que servem a seus interesses, com a cumplicidade dos governos nacionais”¹. O FSM é, nesse aspecto, o contraponto dos movimentos sociais e das ONGs ao Fórum Econômico Mundial de Davos, que desde 1971 reúne presidentes de grandes corporações transnacionais e líderes de países desenvolvidos. Ao longo dos dias do encontro, os ativistas participam de debates, assistem a conferências de intelectuais e indígenas, divertem-se em apresentações culturais de dança folclórica e conhecem projetos que estão sendo realizados em alguma parte do globo, desde geração alternativa de energia elétrica à produção de bens agrícolas orgânicos. Grandes campanhas mundiais também são

¹ Quarto item dos catorze existentes na Carta de Princípios do FSM, documento que serve como marco ideológico de organizações e ativistas que desejem participar do processo (http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1).

viabilizadas. O encontro de 2003 serviu como espaço de negociação da grande marcha global contra a guerra do Iraque que levou, meses depois, milhões de pessoas às ruas de dezenas de cidades pelo mundo. Além dela, diversas outras manifestações foram impulsionadas ou formatadas no FSM, sempre relacionadas aos temas trabalhados pelos movimentos e ONGs, como o ambientalismo, os direitos humanos, a fome, o racismo, a economia solidária, o feminismo e a reforma das instituições internacionais.

Tudo isso, evidentemente, não poderia ser articulado apenas nos cinco dias em que geralmente acontecia o encontro anual do FSM. A relação em rede permite que, mesmo quando finalizado o evento e a maioria dos participantes tenha voltado para casa, “os organizadores permaneçam em contato, incrivelmente através de conexões on-line na internet” (Tarrow, 2005:210). Além disso, desde 2002 os promotores do FSM optaram pela descentralização, e adaptaram o modelo do Fórum Social para níveis regionais e nacionais, para que as temáticas locais fossem refletidas em escala global e vice-versa. Foram realizados, por exemplo, o Fórum Social de Mallorca², na Espanha, que em 2003 teve como um de seus temas centrais o projeto de construção de uma auto-estrada cruzando a ilha, pondo em risco o meio ambiente regional; ou o Fórum Social Mediterrâneo, promovido em Barcelona, em 2005, cujos debates trataram, entre outras questões, da integração do imigrante e do combate à xenofobia nos países europeus e norte-africanos banhados pelo mar Mediterrâneo³.

Em uma pesquisa realizada em novembro de 2004 através de páginas de busca na internet, Tarrow (2005:133) tentou mensurar até onde havia alcançado a rede do FSM: entre 2002 e 2004, apareceram na tela registros de 172 encontros regionais pelo mundo, sendo 56 realizados na América Latina e no Caribe, 48 na Europa e 27 na

² Gomes, Marcel. “Fórum Social de Mallorca discute migração e meio ambiente”. Reportagem publicada na internet. Palma de Mallorca, Carta Maior, 2003.

(http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=1253)

³ Gomes, Marcel. “Fórum Mediterrâneo mostrou obstáculos para a integração”. Barcelona, Carta Maior, 2005. (http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=3495)

África. Como não foi feita apuração detalhada sobre cada um desses eventos, pressupõe-se que cada uma das redes organizadoras seguiu os princípios básicos estabelecidos na Carta de Princípios do FSM, entre eles a horizontalidade, o respeito às diferenças e o incentivo à participação. Tamanha expansão internacional e encontros anuais reunindo públicos acima de 100 mil pessoas chamaram atenção. O FSM começou a receber mais publicidade, assim como o otimismo sobre o seu futuro ganhou força.

Do ponto de vista da teoria de movimentos sociais que foca o universo da cultura, esse sucesso poderia ser explicado pela formação de uma identidade coletiva entre os ativistas que participavam do Fórum. Tal qual definiu Melucci, um pesquisador que discute o tema, identidade⁴ é um fenômeno marcado por processos de mobilização, formas organizacionais, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação. No caso de uma organização social, a motivação para participar, apesar de se dar no âmbito do indivíduo, não pode ser considerada exclusivamente um fenômeno individual, porque depende da interação. Nesse processo, expectativas são construídas e comparadas com a realidade somente por atores capazes de definir a si mesmos e a seu campo de atuação. O resultado de construção desse sistema de ação é a identidade coletiva, que é uma interativa e compartilhada definição produzida por diversas interações individuais, que são levantadas das ações bem como do campo de oportunidade que essa ação encontra. Esse processo de construção permitiria ao ator dividir suas expectativas e calcular os custos e benefícios de sua ação. Em resumo, diz Melucci, identidade coletiva envolve três mecanismos para sua constituição: definição cognitiva concernente a fins, meios e campos de ação; a rede de relacionamentos ativos entre os atores que se interagem, comunicam-se, influenciam uns aos outros, negociam e

⁴ Melucci (1989b), pág. 78.

tomam decisões; e, finalmente, a identidade coletiva requer investimento emocional, para que os indivíduos sintam-se parte de uma unidade em comum.

Para desenvolver essa perspectiva analítica, foi necessário que os pesquisadores pusessem foco no lado de dentro dos movimentos sociais. Isso evitaria, segundo Melucci⁵, que fosse cometido o mesmo equívoco analítico que atingiu o movimento dos trabalhadores e as greves no século passado, muitas vezes tratados como processos homogêneos. Apesar de ser antiga, nas Ciências Sociais, a idéia de que a identidade é permanentemente construída e reconstruída durante interações localizadas na sociedade – seja por processos conscientes ou inconscientes –, tal abordagem analítica foi desconsiderada ou colocada em plano secundário por diversas tradições acadêmicas de estudos sobre movimentos sociais, na avaliação daquele mesmo autor. Uma delas, ligada à literatura norte-americana, fazia a análise da ação coletiva a partir de noções economicistas e utilitaristas; outra, de inspiração marxista, travava a identidade à estrutura social, abordando os conflitos de acordo com a luta de classes entre trabalhadores e burguesia; por fim, funcionalistas e interacionistas podem destacar crenças difundidas e valores compartilhados pelos atores, que reagiram de maneira sistemática e organizada à determinada disfunção no sistema social. Estudiosos de movimentos sociais desenvolveram críticas a essas opções analíticas.

“Explicações baseadas em ‘determinantes estruturais’ por um lado e ‘valores e crenças’ por outro nunca responderam a questão de como os atores sociais formam uma coletividade e se reconhecem como parte dela; como eles a mantêm ao longo do tempo; como agir em conjunto faz sentido para os participantes de um movimento social; ou como o significado da ação coletiva deriva de pré-condições estruturais ou do conjunto de motivações individuais”. (Melucci, 1989b:69)

⁵ Melucci (1989b), pág. 21.

A abertura das teorias de movimentos sociais para o tema da identidade ampliou-se a partir dos estudos da *tradição acadêmica* denominada de Novos Movimentos Sociais (NMSs), baseada na experiência européia após a Segunda Grande Guerra. A eclosão de movimentos feministas, ambientalistas, jovens e por direitos civis, entre outros de grande capacidade mobilizadora, revelava que havia outros conflitos-chave na sociedade além da luta entre trabalhadores e burguesia. Ao mesmo tempo, apontava-se que a identidade dos movimentos era passível de criação por uma série de mecanismos. Discursos, linguagens, símbolos e ideologias, além dos constrangimentos estruturais, passaram a ter mais destaque nas análises para a compreensão da ação coletiva dos movimentos⁶. Autores como o próprio Mellucci, além de Honneth, Tarrow, Tilly, Klandermans, Cohen e Arato são alguns dos que operaram com essa abordagem, com diversas particularidades cada um.

Do desenvolvimento dessa literatura, quatro questões fundamentais merecem ser aqui destacadas: (1) consolidou-se a visão de que cada movimento social é um produto de múltiplos e heterogêneos processos sociais; (2) existência de identidade coletiva é importante para a realização da ação coletiva; (3) ela é passível de ser construída pelos atores – e, portanto, motivo de disputa e conflito; e (4) no processo de interação e trocas culturais, a noção de rede é fundamental.

Sobre este último item, vale dizer que abordagens analíticas focadas no conceito de rede costumam defender que a noção de “movimento”, moldada normalmente a partir de uma entidade que agiria contra um sistema governamental e político, necessita ser revista, uma vez que não expressa a totalidade das atuais formas de ação coletiva, “reticulares e difusas” – na expressão de Melucci. Para esse autor, por exemplo, os movimentos contemporâneos são formas de rede de solidariedade estruturadas a partir

⁶ Gohn (1987), pág. 73.

de fortes significados culturais. A identidade coletiva que os permite agir como atores não é uma essência ou ideologia de cada ativista, mas resultado de trocas, negociações, decisões e conflitos entre cada um deles.

Ao discutir o tema, Cohen ponderou que é possível considerar que as redes sempre existiram no mundo dos movimentos sociais. Em sua análise bibliográfica sobre a questão, ela verificou que há os que dizem que redes sempre existiram e que não há nada de novo nisso (análise de redes sociais); aqueles que, com base na teoria tecnológica, as vêem como algo novo; e os que, baseados na teoria organizacional das redes, apontam para uma saída intermediária (Cohen, 2001:325). Ao descrever sua própria visão, a autora diz que, no passado, também houve movimentos transnacionais operando através de redes – além da campanha contra a escravidão, ela cita o caso das células ligadas ao movimento comunista internacional. No entanto, Cohen aponta novidades nas redes de organizações da sociedade civil contemporâneas. Primeiro, elas são mais flexíveis e seus vínculos têm caráter horizontal, ao contrário das anteriores, hierarquicamente rígidas; segundo, para sua existência há grande importância da mídia eletrônica, possibilitando petições, marchas virtuais e agilidade.

Também para Tilly (1999), processos de construção de identidades coletivas por meio de redes não são exclusividade dos tempos contemporâneos e podem ser verificados já no século XIX. As mudanças na estrutura da sociedade, as transformações políticas e econômicas naquela época permitiram a construção de identidades, e os ativistas passaram a participar de campanhas eleitorais e encontros públicos dizendo-se membros de partidos políticos e de outras associações. Ao mesmo tempo, os protestos deixaram de ter foco local e passaram a mirar o nacional, quando não o internacional. “Uma vez as formas de interação nacional, autônoma e modular estavam disponíveis como modelo, ativistas puderam utilizá-las em outra escala: na arena internacional

(como na coordenação de campanhas contra a escravidão no século XIX) (...)” (Tilly 1999:262). A novidade recente, porém, é justamente a intensificação desse fenômeno para além das fronteiras do Estado-Nação – da qual o FSM seria um dos mais adequados exemplos.

Apesar de ressaltarem a relevância das redes na contemporaneidade, autores como Cohen, Melucci e Tilly não deixam de ponderar sobre os limites desse fenômeno. Uma das ressalvas registra que a universalização das solidariedades locais proporcionadas pelos ativistas que operam no plano transnacional ocorre em função de questões ou áreas bem definidas, que envolvem valores e interesses específicos – as redes de defesa dos direitos humanos, por exemplo, evocam solidariedades diversas das que mobilizam os grupos feministas ou ambientalistas. “Isso faz brotar uma grande variedade de redes globalizadas que se dirigem a diferentes ‘subsistemas’, e não a uma única sociedade civil global” (Cohen, 2001:437).

Como afirma Melucci (2001:95), a estrutura segmentada e policéfala de muitas redes de movimentos sociais constitui, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza desses atores coletivos. A força está no mobilizar solidariedades primárias que nenhuma organização complexa poderia estavelmente conduzir; permitir flexibilidade, maleabilidade e imediaticidade; fornecer canais de expressão. A fraqueza está nos riscos permanentes de fragmentação e na dificuldade de se envolver nos problemas da “política em sentido próprio”.

Tilly (1999), por sua vez, desabona teóricos de identidade que criam histórias coerentes para movimentos sociais e vêem sinais de uma identidade coletiva que permanece ao longo dos tempos. Ele avalia que, por conta de o processo de construção de identidades coletivas freqüentemente articular redes pré-existentes e, por fim, produzir organizações, muitos participantes, observadores e analistas têm chegado a

uma conclusão equivocada: que movimentos sociais simplesmente “realizam” identidades previamente existentes e que são grupos portadores de ampla integração e solidariedade interna.

“São duas variedades de mistificação que geram algumas questões relevantes. Por exemplo, elas encorajam ativistas e apoiadores a fazerem altas estimativas sobre a probabilidade de novos membros se arriscarem e assumirem custos por determinada causa” (Tilly, 1999:263).

Além de pressupor que a identidade coletiva influencia a capacidade de mobilização de determinado grupo, as ponderações de Tilly ajudam a retratar um dos principais desafios do FSM: os diversos tipos de entidades que participam dele não podem simplesmente realizar suas identidades prévias, não só porque elas são bastante distintas, mas também porque seus interesses frente ao alvo comum – a chamada *globalização neoliberal* – têm nuances diferenciados. O movimento feminista, o ambientalista, o estudantil, as grandes organizações não-governamentais internacionais, as associações religiosas, os sindicatos e outros movimentos populares possuem perfis identitários distintos que dificultam a convergência para a construção da identidade coletiva do FSM.

Não raro estudos sobre identidade costumam categorizar os tipos dela. O mesmo Tilly, por exemplo, afirma que nas relações sociais as identidades podem ser *embutidas*, como raça, gênero, classe e localidade. Segundo ele, essas identidades não são dadas, mas existem porque são operadas em trocas sociais a todo momento. O autor também destaca um tipo de identidade que classifica como *destacadas*, que são acionadas intermitentemente. Elas dizem respeito à filiação a ONGs, nacionalidades reivindicadas e categorias como tribos, minorias e pessoas com necessidades especiais. Ainda que considere a identidade embutida mais estável, Tilly afirma que mesmo ela está sujeita a

mudanças, de acordo com o processo de inter-relações sociais a que está submetida. Ele cita o exemplo da política de Apartheid na África do Sul, ao longo do século XX, que conseguiu mapear categorias como Zulu, Xhosa, Afrikaner e Coloured, de modo a transformar identidades destacadas em identidades embutidas.

O ponto-chave aqui é que a identidade de um grupo social, diante de sua capacidade mobilizadora, pode ser motivo de disputa e até de política pública. Isso ocorre porque a participação em torno de um movimento social, a disponibilidade para o engajamento e o compromisso com tarefas não são apenas uma decisão individual ou a reação natural frente a algum constrangimento estrutural, mas também frutos da construção de uma identidade coletiva. Na prática, isso quer dizer que não basta, para explicar o fenômeno que levou à construção do FSM, relatar que os ativistas decidiram por si próprios se mobilizar, diante dos problemas causados em suas sociedades pela globalização neoliberal. Para agirem em uma ação coletiva, como eles mesmos anunciaram desejar ao lançarem o FSM, era necessária a mobilização de uma identidade comum entre todos os participantes.

No caso do FSM, o incentivo ao aumento das interações, à criação de espaços de encontro e à realização de atividades conjuntas, ao mesmo tempo em que há respeito à diversidade, abre espaço para a construção de identidades coletivas, mas dialeticamente também aflora e consolida divergências que podem se voltar contra o próprio processo de aproximação. Dessa maneira, uma das maiores dificuldades do FSM é integrar os diferentes “subsistemas” – na expressão de Cohen já citada anteriormente. As identidades dos militantes de ONGs e movimentos de base, passíveis de serem construídas e reconstruídas, são bastante distintas. Nas redes transnacionais, a pluralidade é tão grande que muitas vezes há atores estatais. São movimentos sociais locais, fundações, organizações não-governamentais internacionais e locais de pesquisa e defesa de

interesses, organizações intergovernamentais regionais e internacionais e mesmo setores do Executivo e do Legislativo, bem como igrejas, órgãos de defesa dos consumidores, intelectuais e sindicatos.

Ainda que todos tenham elegido como alvo comum a globalização neoliberal, a própria leitura desse fenômeno, as estratégias de ação e a proposição de alternativas são alvos de intensas disputas. Não poderia ser diferente, já que participam do FSM entidades e ativistas das mais diferentes naturezas temáticas e organizacionais, de países, culturas e experiências distintos. Quando a idéia de se criar um Fórum Social Mundial ganhou corpo no ano 2000, os proponentes já sabiam das dificuldades que poderiam enfrentar. Estabeleceram, então, uma série de *filtros*, como forma de firmar compromissos com as entidades participantes e buscar convergências em meio à tamanha heterogeneidade. Um dos principais filtros é a Carta de Princípios, que, em seus 14 itens, estabelece quais tipos de participantes pretende reunir (“espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário”), limites da ação (“não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial”) e parâmetros de comportamento (“não se constitui, portanto, em instância de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros”). Além disso, o FSM possui uma instância consultiva, já citada anteriormente – o Conselho Internacional –, uma organizativa – o Comitê Organizador dos grandes encontros anuais –, e uma executiva – a Secretaria –, que garantem a existência de um marco institucional. Há ainda regras de conduta e metodologia de trabalho, as quais serão analisadas nos capítulos posteriores desta dissertação, e que envolvem desde normas para organizar o debate quanto a tomada de decisões. A aceitação de todo esse arcabouço organizacional pelas entidades que participam do FSM poderia sugerir – como de fato sugere para alguns analistas – que um movimento social está em formação. Haveria indícios de uma identidade

coletiva minimamente estável, através da qual as organizações convergiriam em termos ideológicos, práticas de diálogo e procedimentos de intervenção pública, tendo como horizonte a proposição de alternativas à chamada globalização neoliberal. Entretanto, essa descrição de um Fórum Social Mundial quase desprovido de conflitos internos não condiz com a realidade das disputas existentes entre as organizações. Diante da diversidade, as entidades dependem das regras para evitar embates desagregadores – como não produzir um documento ao final de cada encontro. Essa configuração é aparentemente garantida pela existência de um grupo de organizações mais influentes na rede do Fórum, que se mantém à frente do processo desde 2001.

A identificação das organizações mais influentes no Fórum, como já foi dito no início desta *Apresentação*, foi possível através da realização de uma Análise de Rede Social (ARS) ao Conselho Internacional. Através do arcabouço teórico da ARS sobre os vínculos estabelecidos pelas entidades, é possível sugerir o potencial de cada uma articular, criar conexões e, portanto, fazer valer suas idéias. No caso do FSM, a análise sobre quais organizações possuem maior centralidade na rede permite supor que elas terão mais influência sobre os rumos da coalizão, qual a visão hegemônica sobre os problemas trazidos pela globalização neoliberal, quais as estratégias para enfrentá-la e as alternativas a serem propostas.

As relações de poder em uma rede podem se valer de vários tipos de conexões entre as entidades. Vínculos incluem alianças para eventos e campanhas, circulação de informações e compartilhamento de expertise e outras habilidades, e provisão de apoio concreto, de ajuda financeira a divisão de escritórios. Isso pode produzir identidades coletivas entre diferentes grupos, indo além das interações individuais e constituindo parte da cultura das próprias organizações. A força de um vínculo pode ser avaliada pelo número de protestos conjuntos realizados, o número de atividades conjuntas

promovidas, ou pela importância subjetiva que seus membros dão para determinado vínculo (Diani, 2002: 179).

Nesta dissertação de mestrado, optou-se por analisar o universo das organizações que compunham o Conselho Internacional em dezembro de 2007. Partiu-se do pressuposto que ali então as mais engajadas organizações, responsáveis pela agregação de novas redes ao processo e fiéis depositárias do futuro do Fórum. Surgiram dificuldades ao longo do processo. Uma delas foi o acesso aos ativistas de cada uma das organizações-membro do CI. A imensa maioria dele vive em outros países e não haveria condições financeiras ou mesmo prazo acadêmico para abordar a todos pessoalmente – a maneira mais produtiva para a aplicação de questionários como os de ARS, cujas informações requeridas são muitas vezes vistas como privativas ou estratégicas pelos entrevistados. Decidiu-se, então, por contatar cada uma das 149 organizações do CI através do correio eletrônico do ativista que estivesse designado para acompanhar o Fórum. Para viabilizar a consulta, foi preparado um gerador de nomes eletrônico, do qual as respostas seguiriam de modo instantâneo para a matriz de um banco de dados⁷. O questionário foi composto por duas questões: a primeira solicitando que o entrevistado relacionasse, diante da lista de 149 organizações, com quais delas mantinha mais vínculos naquele momento, no sentido de promover campanhas comuns, trocar constantemente informações e construir projetos conjuntos; e uma segunda, pedindo para que se selecionasse os vínculos do mesmo tipo que existiam antes da criação do FSM. A cada uma dessas questões, seguia-se a lista de todos os integrantes do CI em dezembro de 2007, para que o inquirido apenas assinalasse com um *clique* quais eram seus vínculos.

⁷ Essa etapa da pesquisa só foi possível com a colaboração do jornalista e programador Iberê Tenório.

Como se pode observar, o objetivo da enquete é descobrir quais os vínculos mais ativos entre as organizações que integram o CI do Fórum. Optou-se por limitar a escolha a cinco entidades, a fim de conduzir o entrevistado a realmente apontar os laços de maior destaque segundo a avaliação de cada um. Em que pese a exclusão de vínculos mais fracos encobrir um dos cenários de desenvolvimento de uma rede, como aqueles menos previsíveis, a seleção dos laços fortes permite a identificação de convergências que tendem a ser acionadas em momentos que vão da articulação de campanhas aos de disputa pelo poder.

As duas questões também permitiram a criação de duas redes temporais: uma sobre a rede formada pelas organizações antes da primeira edição do FSM, em Porto Alegre, em janeiro de 2001, a qual chamaremos de *momento 1*, e outra referente à rede existente no final de 2008 – o *momento 2*. O objetivo principal da comparação entre essas duas redes é avaliar a estabilidade/instabilidade dos vínculos, e se há entidades que se mantiveram centrais ao longo dos anos. A primeira leva com 149 convites para participação na pesquisa foi enviada entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008. Cerca de 70 manifestaram interesse; foram então enviadas as instruções para acesso ao questionário eletrônico; houve 23 respostas válidas. Uma segunda leva de convites foi encaminhada entre março e abril de 2008 para aqueles que manifestaram interesse em participar, mas não haviam encaminhado suas respostas. Nessa etapa, chegaram outras cinco respostas válidas. No total, foram 28 respostas obtidas ao final do processo, equivalente a 19% do total de 149 possíveis.

O resultado, como poderá ser visto no terceiro capítulo desta dissertação, aponta que algumas organizações possuem centralidade maior do que outras. Em princípio, isso não quer dizer que elas determinam ditatorialmente os rumos do FSM. Sob uma perspectiva de análise relacional e de construção da identidade coletiva, o diálogo, os

conflitos e todo tipo de troca de recursos têm como resultante algo que incorpora parcelas de cada um dos atores acionados na rede. No entanto, os grupos que estão no centro também são aqueles capazes de se relacionar com um número maior de atores e também com os mais importantes. Assim, têm mais chances de fazer com que a identidade coletiva que mobiliza os participantes do FSM revele mais frameworks seus em termos de mobilização, formas organizacionais, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação. Um desses frameworks é justamente a manutenção da diversidade entre as organizações, não como um impedimento à convergência, mas pressuposto de um modelo de Fórum que pretende se consolidar como um espaço aberto de debates e articulações da sociedade civil.

Ao longo dessa empreitada, vários obstáculos surgiram no caminho. Um deles, já mencionado, refere-se ao número de entrevistas realizadas com os membros do CI, o que poderia gerar distorções na interpretação dos dados quando generalizada para o FSM. Nesse caso, espera-se que as entrevistas com os ativistas e a própria observação deste pesquisador sobre o processo ajudem a minimizar os equívocos. Outro obstáculo que merece destaque é a pequena quantidade de estudos na academia sobre o FSM. Isso obrigou este pesquisador a se valer de textos de análises e relatos produzidos por diversos autores-participantes do FSM, muitas vezes publicados para interferirem em disputas de poder internas ao processo. Por um lado, é necessário supor que o calor do momento e a necessidade de interferir politicamente podem distorcer a visão dos autores sobre os fatos analisados por eles. Por outro, o projeto de pesquisa desenvolvido nesta dissertação ganha mais importância, ao trabalhar com um tema ainda pouco estudado na academia.

Cabe ressaltar também que a ARS traz em si uma vantagem ao permitir que o pesquisador evite pressupor o que é determinada manifestação – se é um movimento

social ou “apenas” uma rede, por exemplo – e, através de investigação empírica, reúna informações passíveis de serem confrontadas com a teoria antes de definir seu objeto. É por conta dessas novas possibilidades de abordagem que o estudo das redes de movimentos sociais tem crescido substancialmente nos últimos anos (Diani, 2002:173). Os focos das análises são colocados sobre processos de recrutamento e participação, dinâmicas inter-organizacionais, como determinado sistema social molda a ação coletiva e sobre as especificidades de cada rede, cada uma formando um tipo específico de movimento social.

Algumas dessas questões serão abordadas no Capítulo 3 desta dissertação. Antes, porém, o Capítulo 1 traz a história de construção do FSM, detalha quais são seus objetivos declarados, como ele se insere no que muitos analistas chamam de espaço transnacional e quais os conflitos internos enfrentados pelas organizações participantes. O Capítulo 2 traz uma discussão sobre os principais conflitos existentes dentro do FSM, como eles influenciam a condução do processo e quais são os mecanismos criados pelos organizadores para administrá-los. Depois do Capítulo 3, com os resultados da ARS produzida com 28 membros do Conselho Internacional do FSM, há uma seção de Considerações Finais, em que se discute o que é o Fórum hoje e quais suas perspectivas de desenvolvimento.

Capítulo 1: A construção do Fórum

A recusa a um tipo de globalização chamado de *neoliberal* é considerado pelos próprios participantes do Fórum Social Mundial, como se verá a seguir, uma das características que os aproxima e reduz a percepção de distanciamento geográfico, de classe social ou experiência de vida. No entanto, após a iniciativa da recusa, segue-se a necessidade de propor alternativas viáveis – e é aí que surgem alguns conflitos marcantes. Neste capítulo, o leitor tomará contato, inicialmente, com um curto debate sobre as características do fenômeno batizado pelos ativistas de globalização neoliberal. Em seguida, será apresentado às primeiras negociações para a construção do FSM e aos fatos que mais marcaram cada um dos grandes encontros anuais, sempre a partir da perspectiva de se destacar os conflitos.

Desde a década de 1970, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, politicamente apoiados pelos Estados Unidos, vinham seguindo uma política sistematicamente favorecedora da economia de livre-mercado, empresa privada e livre-comércio global, que servia bem aos interesses da economia americana de fins do século XX (Hobsbawn, 1995: 556). Ao mesmo tempo, empresas transnacionais e outras instituições multilaterais criaram um novo espaço de atuação transnacional e não territorial, possibilitado pelas revoluções das comunicações, da informática e dos transportes. Diante dessa influência externa, sobretudo no Ocidente, Estados nacionais tiveram de se acostumar a ter suas questões domésticas também tratadas por agentes que não estavam sediados em seus próprios territórios.

“As firmas criaram um novo mundo transnacional para transações que não existiam antes, e elas têm desenvolvido e instituído sistemas de regulação entre elas mesmo e para relações com suas subsidiárias, fornecedores e distribuidores, da forma que elas julgam melhor diante da oportunidade, do ritmo e da complexidade das operações naqueles espaços transnacionais”. (Ruggie, 2004:506)

Grande parte desse processo poderia ocorrer à revelia dos Estados nacionais.

Ainda que eles continuem a ser um ator essencial de regulação econômica, de representação política e de solidariedade social, sua atuação ganha novos formatos, novos contornos, suas estruturas internas e funções se internacionalizam (Castells, 1999b). O novo desafio é a reconfiguração de seu poder político, de sua capacidade para regular os fluxos econômicos cada vez mais elevados pelas atividades das companhias transnacionais ou mesmo o trânsito de pessoas que passam todos os dias pelos aeroportos internacionais.

O fenômeno da globalização obriga, portanto, a uma ressignificação da concepção estadocêntrica que costuma pautar os estudos das Relações Internacionais, cujo foco se coloca sobre questões como territorialidade, soberania, autonomia e legalidade. Analistas começaram a destacar, por exemplo, o fato de que atores não-estatais passaram a fazer *políticas civis mundiais* neste novo espaço transnacional, muitas vezes se contrapondo aos próprios governos nacionais e às companhias privadas. O alvo, aqui, é o avanço da *governança privada*, que para alguns autores é fruto de processos de privatização, abdicação do Estado e do “Consenso de Washington” (Cluster et al., 1999, apud Ruggie, 2004, e Cohen, 2003), enquanto para outros (Ruggie, 2004) reflete o estado das coisas de um novo espaço transnacional recentemente criado.

“Governança não é o mesmo que governo. Os dois conceitos referem-se a um comportamento visando a um objetivo, a atividades orientadas para metas, a sistemas de ordenação; no entanto, governo sugere atividades orientadas por uma autoridade formal, pelo poder da polícia que garante a implementação de políticas devidamente instituídas, enquanto governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder da polícia para que sejam aceitas e vençam resistências. Em outras palavras, governança é um fenômeno mais amplo do que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismo informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro de sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas”⁸.

A noção de governança se insere nos debates de Relações Internacionais a partir da perspectiva *Neoliberal*. Keohane e Nye definem o conceito de globalização – importante para os anos 90 assim como interdependência⁹ o foi para a década de 70 – a partir da idéia de globalismo, que é definido como o estado do mundo envolvendo as redes de dependência a distâncias multicontinentais, ligadas por fluxos e influências de capital e bens, informações e idéias, pessoas e forças, bem como por substâncias relevantes do meio ambiente e da biologia, como a chuva ácida (Sarfati, 2006:168).

Assim, globalização e desglobalização referem-se ao aumento ou declínio do globalismo – um tipo de interdependência, com traços especiais de múltiplas conexões e redes consideradas globais. Houve outros períodos de globalismo, como as grandes navegações dos séculos XIV e XV, mas a versão contemporânea tem três características

⁸ Rosenau, J. N.; Czempiel, E. (Orgs.). Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: UnB, 2000, pág. 1.576.

⁹ Interdependência corresponde à situação caracterizada por efeitos recíprocos entre países ou os atores em diferentes países, conforme os trabalhos de Keohane e Nye. O conceito de sensibilidade da interdependência também é relevante. Os atores não-estatais cada vez mais afetam essa sensibilidade, que diz respeito ao grau de resposta a determinada política ou acontecimento. À medida que as relações internacionais se tornam cada vez mais transnacionais, cada vez mais os Estados se tornam mais sensíveis em relação à proliferação desses canais múltiplos de relacionamento social internacional. (Sarfati, 2006:166)

especiais: (a) aumento da densidade das redes; (b) aumento da velocidade institucional; e (c) aumento da participação transnacional (Keohane e Nye, 1971:229).

Esse último aspecto é o que envolve a articulação das organizações em torno do FSM. Estudioso do tema, Thomas Risse-Kappen define as relações transnacionais como “interações regulares por meio das fronteiras nacionais em que ao menos um ator é um agente não-estatal ou não opera em nome de um governo nacional ou uma organização intergovernamental”. Os grupos não-estatais são organizações internacionais não-governamentais (OINGs) e organizações internacionais governamentais (OIGs), terroristas, traficantes internacionais, máfias, igrejas, partidos políticos e prefeituras. As relações envolvendo esses atores são as chamadas relações transnacionais. Esses atores transnacionais desafiam hoje as antigas noções de territorialidade, na medida em que antigamente um Estado era capaz de regular e administrar suas relações internas a determinado território. Ao longo do século XX, porém, diversas funções estatais passaram a ser reguladas por acordos internacionais, reduzindo a capacidade operativa do Estado ou desafiando seu poder regulador. No primeiro caso, um exemplo são os acordos assinados no âmbito da OMC. No segundo, a pressão exercida por OINGs sobre temas ambientais, e que costumeiramente exigem respostas do Estado questionado.

A noção de políticas civis mundiais e de governança privada são duas das bases utilizadas por Ruggie (2004:504) para defender sua tese de que um novo domínio público global se formou – “uma incrivelmente institucionalizada arena transnacional de discurso, contestação e ação direcionada às disputas sobre a produção de bens públicos globais, envolvendo atores privados e públicos”. E é nessa arena que os membros da sociedade civil querem transformar os rumos da globalização.

Bandy e Smith, em sua obra (2005) sobre coalizões transnacionais de ONGs e movimentos sociais, avaliam que a globalização pode tomar dois rumos. O primeiro deles é a redução do controle governamental sobre o fluxo de bens e capitais, com a transferência de poder de comunidades nacionais para instituições como OMC e companhias transnacionais. O outro tipo de globalização em vista trata-se da expansão das relações transnacionais entre redes de entidades não-governamentais, movimentos sociais, instituições intergovernamentais como as Nações Unidas, na linha de constituição de uma governança global democrática.

É uma visão similar a de Boaventura de Sousa Santos, um engajado intelectual identificado com o FSM, para quem movimentos sociais e ONGs defendem a idéia de que as escolhas devem ser feitas entre várias “globalizações possíveis”.

Aquilo que habitualmente chamamos de globalização são, de fato, conjuntos diferenciados de relações sociais; diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenômenos de globalização. Nestes termos, não existe uma entidade única chamada globalização; existem, em vez disso, globalizações; a rigor, este termo deveria ser usado apenas no plural. (Santos, 2002:55-56).

Com o avanço da globalização tal qual existe hoje, muitos atores civis transnacionais presentes no FSM reforçaram suas atividades contra os rumos tomados pelas políticas e pela economia internacionais. É este o traço comum de identidade que uniria os participantes do Fórum (Tarrow, 2005, Sader, 2003). Mas o processo de construção dessa identidade preocupada com temas globais não começou com ele. Já nos anos 90, ONGs intensificaram sua participação em Conferências Mundiais das Nações Unidas, apresentando demandas sociais e ampliando sua capacidade de ação e formulação. As ONGs “ampliaram o entendimento público das questões, aguçaram a elaboração de políticas públicas, encorajaram esforços internacionais mais ajustados

para lidar com questões de ‘bens públicos globais’ e diminuíram a lacuna entre a retórica política e a ação governamental”, afirmam as Nações Unidas em um de seus relatórios sobre a questão (UN Background paper 2003 apud Evangelista 2006).

Ao mesmo tempo, aquele projeto de globalização identificado com a governança privada e com medidas liberalizantes passa a enfrentar barricadas levantadas pelas organizações civis. Ao longo das atividades do FSM, alguns eventos são recorrentemente rememorados como símbolos do poder da sociedade civil. São eles: em 1994, a revolta dos indígenas mexicanos de Chiapas marca os protestos contra a criação da Área de Livre-comércio da América do Norte (Nafta, sigla em inglês); em 1998, o alvo é o encontro da OCDE que discutia o Acordo Multilateral de Investimentos; em 1999 e 2000, as reuniões ministeriais da Organização Mundial do Comércio, em Seattle e Gênova. Desses, o caso mais lembrado tornou-se Seattle, talvez pelo fato de que o andamento dos trabalhos do encontro pró-liberalização comercial ter sido realmente prejudicado pelas ações dos ativistas. Nos protestos, participaram homens e mulheres vindos de dezenas de países, recrutados por redes transnacionais de organizações civis.

Não faltam autores apontando uma grande novidade na forma de pluralidade e no potencial de organização. “A grande inovação é a ‘rede transnacional’, quem vem se convertendo na forma paradigmática de pluralidade da sociedade civil (como modelo de associação e solidariedade) nesta primeira parte do século XXI” (Cohen, 2003:434). A autora aponta o surgimento de uma outra camada de “atividade associativa” para se somar às anteriores, que não desapareceram. As redes geralmente caracterizam-se por esquemas de comunicação e intercâmbio voluntários, recíprocos e horizontais. Com a internet, atores locais e não-locais se entrelaçam, permitindo interações comunicativas em escala planetária. “Rede é uma nova forma de pluralidade que torna possível uma

nova forma de conexão social, novas formas de ação coletiva e uma ‘solidariedade entre estranhos’ mais ampla que as anteriores” (Cohen, 2003: 435).

Em 2000, o ideal de fortalecimento das redes de movimentos transnacionais ganhou um novo impulso com a iniciativa de dois brasileiros, o empresário Oded Grajew e o ativista Francisco Whitaker, de proporem aos organizadores do Fórum Econômico Mundial de Davos que este encontro contemplasse questões mais sociais. Diante da negativa, levaram ao jornalista francês Bernard Cassen, um dos fundadores da ONG Attac (sigla francesa para Associação pela Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos), que defende a taxação dos fluxos financeiros internacionais, a idéia de realização de um Fórum Social Mundial (Tarrow, 2005).

No dia 28 de fevereiro de 2000, reuniram-se em São Paulo representantes de oito entidades interessadas em participar do processo para firmarem um “Acordo de cooperação” para realização do primeiro FSM, que aconteceria entre 25 e 30 de janeiro de 2001: Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), Attac, Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase), Centro de Justiça Global (CJG) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Em março de 2000, uma comitiva viajou a Porto Alegre para encontro com o governador gaúcho, Olívio Dutra, e o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, para saber se apoiariam a iniciativa, mesmo cabendo às organizações da sociedade civil o protagonismo na organização e promoção do primeiro FSM. Foi constituído o Comitê Brasileiro de Apoio ao Fórum. Cassen preparou ainda a visita de uma comitiva dos organizadores do FSM em um encontro alternativo que acontecia paralelamente à

Cúpula Social da ONU “Copenhague + 5”, em Genebra, que envolvia grande parte das entidades que se identificavam com a chamada luta contra o neoliberalismo. O vice-governador do Rio Grande do Sul, Miguel Rossetto, fez parte da comitiva. A proposta ressonou de imediato e foi criado o Comitê Internacional de Apoio ao Fórum.

Foram formadas diretrizes para assegurar a participação de representantes de grupos do maior número de países possível, com cotas fixadas por cada continente e tipo de atuação. A programação contaria durante quatro dias com painéis pela manhã, protagonizados por grandes nomes da luta contra o pensamento único – nesse aspecto seguia o modelo de Davos, mas às avessas – e com oficinas às tardes, organizadas pelos próprios participantes. Também haveria espaço para testemunhos de ativistas. Os quatro eixos discutidos no primeiro Fórum eram: (1) a produção de riquezas e a reprodução social; (2) o acesso às riquezas e a sustentabilidade; (3) a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos; (4) o poder político e a ética da nova sociedade.

A decisão de levar o primeiro FSM a Porto Alegre trazia consigo uma mensagem política. Era na capital gaúcha que o Partido dos Trabalhadores, protagonista da esquerda na política brasileira nas últimas décadas, desenvolveu e implantou na Prefeitura um modelo de participação popular conhecido como orçamento participativo. Essa política pública, que permitiu à população decidir sobre parte da destinação dos investimentos públicos, repercutiu entre movimentos sociais interessados na reforma democrática do Estado. A organização do encontro em Porto Alegre foi facilitada porque Oded Grajew era um ativo militante petista entre o empresariado e Bernard Cassen possuía vínculos com os setores do mesmo partido.

A prefeitura de Porto Alegre apoiou financeiramente o Fórum. Foi criado um Comitê Organizador com entidades brasileiras, majoritariamente composto por ONGs e com participação minoritária de dois grandes movimentos sociais do país – a Central

Única dos Trabalhadores, hegemonizada pelo Partido dos Trabalhadores, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, identificado com tendências radicalizadas do próprio PT (Sader, 2003). No entanto, a Carta de Princípios do FSM bloqueou a participação direta de partidos políticos e governos na rede que se formava. O objetivo, defendido abertamente por Whitaker (Conway, 2005), era evitar que as organizações da política institucional cooptassem e abafassem a construção de uma nova maneira de fazer política, inclusiva, horizontal e desburocratizada. Como se veria mais tarde, esse alijamento não se realizou na prática, pois partidos e governos sempre estiveram presentes no FSM, ainda que não oficialmente, ao participarem como convidados das atividades organizadas pelos movimentos e ONGs que o integravam.

Para Whitaker, o FSM cumpre uma série de funções, apenas possíveis por conta de seu modo de organização: (a) abre espaço para a consolidação de um novo ator político, a sociedade civil, em cada país e em nível planetário; (b) pelo próprio modo de organizar Fóruns, fortalece a sociedade civil ao incentivar relações horizontais entre as organizações, em que a prática de aprendizado, reconhecimento mútuo, cooperação e articulação substitui a competição e a disputa por poder; (c) incentiva a diversificação das iniciativas políticas, para além da contestação nas ruas e da luta pelo poder do Estado; (d) a mudança social não vem de cima para baixo, mas, ao contrário, nasce da própria sociedade. Para ele o Fórum tem um caráter pedagógico, instrumental e intermediário.

“Não se pode esperar dele mais do que ele é, nem se deve fazê-lo assumir funções que não são suas. Transformá-lo em grande força política capaz de enfrentar o neoliberalismo o obrigará a abdicar das funções que cumpre, deixando de se expandir e se enraizar pelo mundo afora”. (Whitaker, 2005:21)

Desde o início havia a idéia de que o FSM não poderia ser um evento concentrado no espaço e tempo – em Porto Alegre, nos janeiros de cada ano, mas deveria se internacionalizar. Após o primeiro FSM, ficou decidido que o Fórum de 2002 aconteceria novamente na capital gaúcha, mas seriam estimulados Fórum menores em outros países. Apenas em 2003, então, o FSM deveria ser realizado em outro país – o que de fato só aconteceu em 2004, quando o encontro ocorreu em Mumbai, na Índia. Logo ao final do primeiro Fórum também foi cogitado o projeto de realização de um Fórum multipolar, com várias sedes ao mesmo tempo, mas a idéia foi momentaneamente abortada pelo receio de que o encontro de Porto Alegre concentrasse todas as atenções e os outros encontros não passassem de eventos preparatórios. Segundo Whitaker, seria necessário, primeiro, fortalecer os Fóruns nos outros países para, então, “tirar” o encontro de Porto Alegre. A decisão pela continuidade foi anunciada pelo Comitê Organizador brasileiro na sessão de encerramento do primeiro Fórum. Na ocasião, também foi proposta a constituição do Conselho Internacional e incentivada a realização de Fórum em outros países, com base na Carta de Princípios divulgada em dois sites na Internet: www.forumsocialmundial.org.br e www.worldsocialforum.org.

Para estimular a participação mais qualificada, os organizadores do primeiro Fórum abriram inscrição apenas para delegados de organizações e não para indivíduos isolados. O objetivo era articular pessoas já vinculadas à suas lutas. Essa idéia, porém, fracassou, devido à enorme capacidade do Fórum em atrair cada vez mais participantes individuais. Diante do número de interessados em assistir às atividades do primeiro Fórum, os organizadores tiveram de mudar. Em 2001, foram 4.700 delegados inscritos e 15 participantes avulsos, em 2002 foram 12.274 (de 4.909 organizações) e 35 mil avulsos, e em 2003 foram 21.717 (de 5.717 organizações) e pelo menos 50 mil avulsos.

Primeiro, em 2001, foi criada a categoria de “ouvintes” para os que não representavam nenhuma organização e queriam participar – que foi mantida em 2002 e 2003. Em 2005, os ouvintes foram finalmente classificados como participantes individuais.

Oportunidade e experimentação

Francisco Whitaker tem duas explicações para o sucesso do FSM – pelo menos em termos de público. A primeira é a oportunidade de sua proposta, ou seja, iniciar uma fase propositiva da luta que tomou as ruas contra o neoliberalismo; a segunda é o fato de ele permitir a experimentação de uma prática política coerente com o tipo de sociedade, igualitária e democrática, que se quer construir. Para realizar o FSM, um Comitê Organizador dividiu funções com o Conselho Internacional, este formado por redes de ONGs e movimentos sociais que obrigatoriamente já estivessem internacionalizadas. O Comitê Internacional, então formado por 120 redes transnacionais (hoje são 149), veio a assumir funções mais protagonistas do FSM após um encontro em abril de 2002, em Barcelona, no qual ficou decidido que as diretrizes – através de resoluções¹⁰ – de cada encontro seriam dadas por eles, e não pelo Comitê Organizador. A mudança visava, entre outros objetivos, reforçar o processo de disseminação dos Fóruns Sociais pelo mundo, usando para isso as redes transnacionais que o constituíam.

A primeira reunião do Conselho Internacional do Fórum ocorreu entre 9 e 11 de junho de 2001, em São Paulo. Participaram representantes de 45 organizações e outras 10 acompanharam à distância. Como uma das principais idéias dos organizadores do Fórum era incentivar a participação de entidades do continente africano, o CI decidiu

¹⁰ http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=3_2_2&cd_language=1

fazer a sua segunda reunião em Dakar, no Senegal, entre 30 de setembro e 1 de outubro de 2001. Por falta de recursos, diversas organizações da África não conseguiram participar do primeiro Fórum de Porto Alegre. O CI, com vistas a fortalecer a internacionalização do Fórum, promoveu encontros em Bancoc, para se aproximar de organizações asiáticas, e em Miami, com o objetivo de fortalecer seus vínculos com as robustas ONGs norte-americanas.

Pelo menos neste último caso, o esforço revelou resultado positivo no encontro de 2002, também realizado em Porto Alegre. Isso porque, em um evento que reuniu 51.300 pessoas, sendo 15.200 delegados representantes de 4.809 organizações de 131 países, os EUA formaram a sexta delegação oficial, com 406 representantes e 166 organizações. Ficaram atrás apenas de Brasil, Itália, Argentina, França e Uruguai. O Fórum de 2002, que aconteceu em janeiro, foi bastante influenciado pelo início da Rodada de Doha, como ficaram conhecidas as negociações iniciadas pela Organização Mundial do Comércio em novembro de 2001 em Doha, no Catar, e que tinham como objetivo ampliar o livre-comércio no mundo. No primeiro dia do evento, uma conferência sobre comércio reuniu debatedores de Confederação Européia de Sindicatos, Public Citizen, Third World Network (TWN) e Via Campesina. Martin Khor, representante da TWN, marcou o tom da crítica:

“Os três novos acordos de Doha [sobre direito de propriedade intelectual, agricultura e serviços] representam tudo, menos uma proposta de desenvolvimento. Aliás, as propostas apresentadas pelos países em desenvolvimento sequer foram discutidas na rodada de Doha, caracterizando a manipulação e a falta de transparência que vêm marcando as atividades da OMC”¹¹

¹¹ Weissheimer, Marco Aurélio. “Consenso no primeiro dia: OMC é máquina geradora de pobreza”. Reportagem publicada na internet. Carta Maior, 01/02/2002.
http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=476

Em seguida, coube à representante da ONG norte-americana Public Citizen apontar uma tensão que atravessa o FSM até hoje. Para Lori Wallach, apesar de os movimentos sociais e ONGs estarem disponíveis para o enfrentamento, sua capacidade de mobilização no plano transnacional ainda era reduzido. Diante disso, o espaço privilegiado de luta continuava sendo o dos Estados nacionais, formuladores de leis e políticas que podem contrapor-se aos interesses de transnacionais e organizações multilaterais como a OMC. E isso só seria possível através dos partidos políticos e da disputa pelo poder do Estado, o que não é aceito por muitas ONGs e movimentos sociais que participam do FSM, como poderá ser visto no próximo capítulo desta dissertação.

Além da questão comercial, outro destaque no segundo FSM foi o tema da paz, impulsionado pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA. Além de debates sobre o tema, foi lançado durante o seminário “Um mundo sem guerras é possível” um manifesto defendendo a criação de um organismo internacional com poderes para mediar conflitos, a eliminação da indústria de armamentos, a anulação das dívidas externas ilegítimas e a extinção dos paraísos fiscais. Participaram desse evento ganhadores do Prêmio Nobel da Paz, como o argentino Adolfo Pérez Esquivel (1980), a guatemalteca Rigoberta Menchú Tum (1992) e Morten Rostrup, presidente do Comitê Internacional Médicos Sem Fronteiras, entidade premiada em 1990. Uma das conferências sobre pacifismo foi proferida pelo linguista norte-americano e professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT) Noam Chomsky. Através de iniciativas como essa, o FSM mostrava ser capaz de criar convergências entre as agendas de movimentos sociais e ONGs e, assim, maximizar a influência deles tanto no plano nacional quanto transnacional.

Os encontros realizados pelo Conselho Internacional em Barcelona, em abril de 2002, e em janeiro de 2003, já antecipavam algumas das preocupações que acompanhariam os debates sobre o FSM nos anos seguintes. Discutiu-se limitar o crescimento dos encontros anuais, que, devido a seu gigantismo – em 2003 o FSM atraiu mais de 70 mil pessoas a Porto Alegre – trazia alguns obstáculos intransponíveis em termos de organização e tornavam-se cada vez mais caros – nesse mesmo ano, custou cerca de US\$ 3,4 milhões. A solução aventada seria incentivar eventos regionais e temáticos mundo afora, a começar pelo encontro anual de 2004, que ocorreria na Índia. Diante as dificuldades em termos de organização e custos, o CI chegou a propor ao recém-criado Comitê Organizador Indiano que, se não fosse possível fazer um encontro mundial, realizasse um evento reunindo asiáticos e africanos – até então sub-representados no FSM. Ainda no primeiro semestre de 2003, porém, o Comitê Indiano apontou para a viabilidade de se preparar o encontro mundial – que se realizou, enfim, em janeiro do ano seguinte, na cidade de Mumbai.

Além de reforçar o tema da luta contra a guerra na agenda das ONGs e movimentos sociais, uma vez que já era bastante provável o ataque dos EUA contra o Iraque, o FSM de 2003 também foi marcado pela política regional na América do Sul. Recém-eleito para seu primeiro mandato, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva falou para um público de pelo menos 60 mil pessoas em Porto Alegre a favor da paz e contra a fome.

“O mundo não está precisando de guerra. O mundo está precisando de paz. O mundo está precisando de compreensão (...) Eu quero poder dizer ao mundo como seria bom se em vez de os países ricos produzirem e gastarem dinheiro com tantas armas, a gente gastasse dinheiro com pão, com feijão e com arroz para matar a fome do povo. Eu fico imaginando quantos bilhões e bilhões e bilhões de dólares se gastam numa guerra. Soldado matando soldado, soldado matando inocente, e próximo de nós, crianças levantando os olhos e mendigando um prato de comida que muitas vezes se joga fora”.¹²

Outro evento do FSM bastante concorrido foi a conferência do presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Ao enaltecer a vitória eleitoral de Lula, o venezuelano disse que a América do Sul viveria uma onda de reformas sociais nos anos seguintes e comparou este processo ao das lutas pela independência dos países sul-americanos, que em “15 anos espalhou-se pelo continente”. Sua tese é que tudo o que os venezuelanos sofreram naquele momento, numa contra-ofensiva das chamadas elites locais aliadas ao empresariado, poderia acontecer em países vizinhos como o Brasil e Equador, cujos presidentes foram eleitos prometendo reformas.

“A realidade está dizendo: Brasil, Equador, Bolívia. Evo Morales por pouco não ganhou as eleições na Bolívia. Logo, em muitos outros países. Veremos o que se passa na Argentina este ano. Veremos o que vai se passar no Uruguai, no Paraguai também, e na América Central. Este é um processo independente. Assim como começou com a independência e foram 15 anos de guerra. Processos que despertam com a força de um vulcão, abrem caminhos, vão surgindo caminhos, e nada será capaz de detê-los”.¹³

¹² Auler, Marcelo. “Lula não quer que guerra se sobreponha à fome”. Reportagem publicada na internet. Carta Maior, 25/01/2003.

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10932

¹³ Auler, Marcelo. “Mudança na América Latina é irreversível, diz Chávez”. Reportagem publicada na internet. Carta Maior, 28/01/2008.

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10944

A presença de Lula e Chávez, que foram a Porto Alegre como convidados de organizações participantes do FSM, desagradou a diversos participantes influentes do FSM, que tinham receio do personalismo político e dos riscos de que as ações da sociedade civil pudessem sofrer algum tipo de condução pelos governos. Nos bastidores, alertava-se também sobre o fato de muitas pessoas, influenciadas pela cobertura da grande mídia, pudessem identificar o FSM com os governos de Lula e Chávez e minimizar a riqueza de experiências levada pelas organizações civis.

Em seguida, o FSM de 2004, realizado na Índia, superou o receio inicial do Comitê Internacional – afinal era o primeiro que ocorria fora de Porto Alegre – e foi comemorado como um passo importante no processo de internacionalização do Fórum. Na conferência de abertura do Fórum da Índia, a advogada iraniana Shireen Ebadi, prêmio Nobel da Paz de 2003, Mustafa Barghouti, uma das principais lideranças sociais da Palestina, o iraquiano Amir Al Rekabi, do Movimento Pró-Democracia do Iraque, o ex-primeiro-ministro da Índia Inder Kumar Gujral e a escritora indiana Arundathi Roy deram o tom regional à conferência de abertura, mas sem perder a dimensão global: tratou-se das guerras no Iraque e no Afeganistão e da questão Palestina como iniciativas de guerra oriundas dos EUA, interessados em manter-se como superpotência global. Em uma frente econômica, diversos debates do FSM da Índia foram marcados por um acontecimento que ocorreu meses antes, em Cancún, no México, durante a 5ª Reunião Ministerial da OMC, em setembro de 2003. Na ocasião, representantes de ONGs e movimentos sociais de vários países realizaram intensos protestos nas ruas da cidade mexicana, inspirados pela batalha de Seattle. Era um protesto contra o desejo da delegação dos EUA e da União Européia de trazerem para o âmbito da OMC a regulação de temas como investimentos, compras governamentais, políticas de concorrência e facilitação do comércio. Mas o debate não evoluiu. Durante as

negociações, Brasil, Argentina, China e Índia se uniram a outros países em desenvolvimento e criaram o G-20. O objetivo do grupo era concentrar energia para os debates contra os países ricos. O grupo não conseguiu concretizar sua pauta, que passava pela redução dos subsídios agrícolas nos EUA e na UE, mas pelo menos teve forças para recusar a proposta que lhe foi apresentada. O G-20 foi apontado, apesar de diversas restrições à sua atuação, como um parceiro importante pelas ONGs e movimentos sociais, “pois seria um obstáculo à agenda norte-americana”¹⁴

Durante o FSM 2004, o Conselho Internacional tomou decisões que visavam reforçar a influência da coalizão nas ONGs e movimentos sociais, sobretudo nas questões de formação de agenda. Optou-se por dar mais ênfase às seis comissões de trabalho do Conselho – conteúdo, metodologia, estratégia, finanças, comunicação e expansão. De acordo com Sergio Haddad¹⁵, então diretor da Associação Brasileira de ONGs (Abong) e membro do Conselho, um dos principais objetivos seria fortalecer as comissões de metodologia e conteúdo, para que elas desenvolvessem temas a serem desenvolvidos no processo FSM, possibilitando a formulação de estratégias convergentes de ação para serem aplicadas pelos seus integrantes. Essa era uma demanda antiga dos movimentos populares que participavam do FSM, como a Via Campesina e diversas organizações sindicais, que reclamavam por mais “politização” do processo¹⁶.

O tema do financiamento também foi discutido, uma vez que o Comitê Organizador Indiano recusou recursos de organizações dos EUA e da Inglaterra, como

¹⁴ Opinião do mexicano Hector de la Cueva, da Aliança Hemisférica Social, in “OMC é a bola da vez para ONGs e movimentos sociais”. Reportagem publicada na internet por Marcel Gomes. Carta Maior, 20/01/2004.

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=1566

¹⁵ Glass, Verena. “Mais político, Fórum pode ser bienal”. Reportagem publicada na internet. Carta Maior, 20/01/2004.

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=1582

¹⁶ Esses grupos organizam em todos os Fóruns anuais a chamada Assembléia dos Movimentos Sociais, um espaço radicalizado de debates comandado por representantes de movimentos de base de diversos países, sem a presença das ONGs.

forma de protesto contra “imperialistas e seus antigos colonizadores”. Organizações como a Fundação Ford, que apoiaram Fóruns anteriores, tiveram de ser descartadas. Essa questão reforçou, entre os membros do CI, que o FSM está ficando caro demais e que seria mais produtivo transformar o evento anual em bianual, e ao mesmo tempo fortalecer Fóruns locais e temáticos. A idéia da bianualidade foi considerada factível por alguns conselheiros, mas não vingou entre a maioria. Em 2005, o FSM voltaria ao Brasil e para sua terra natal, Porto Alegre.

Nesse ano, o FSM realizado em Porto Alegre foi marcado mais uma vez pelo avanço da participação. Enquanto, segundo os organizadores, os encontros de 2001, 2002 e 2003 registraram a presença cerca de 20 mil, 50 mil e 100 mil participantes, respectivamente, o FSM de 2005 atraiu 180 mil pessoas¹⁷. A “máquina” do FSM dependeu de 2.800 voluntários, que ajudaram a preparar 2.500 atividades em quatro dias de evento, 130 espetáculos artísticos, 115 projeções de filmes e vídeos e 96 exposições de artes – tudo isso coberto por 6.823 jornalistas vindos de todos os cantos do mundo. A maior das edições já realizadas do FSM também tentou atrair setores mais excluídos da população. O Fundo de Solidariedade alimentado por 5% do orçamento total do encontro ajudou a trazer a Porto Alegre 400 indígenas, de diferentes partes da América Latina. Além disso, o evento deixou de ser realizado nas dependências de uma universidade particular localizada em Porto Alegre e ocorreu na orla do lago Guaíba, em espaço aberto ao público. Mas a maior novidade talvez tenha sido a metodologia do encontro. Com a idéia de empoderar as organizações participantes e favorecer a convergência de propostas e ações, o Comitê Organizador pela primeira vez deixou de promover as grandes conferências. Toda a programação seria de responsabilidade das entidades participantes, que teriam de dialogar umas com as outras para prepararem a

¹⁷ Oliveira, João Manuel de. “180 mil participaram do FSM, diz Comitê”. Reportagem publicada na internet. Carta Maior, 05/02/2005.
http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11032

programação. Ao final do encontro, houve um esforço para sistematizar as iniciativas previstas pelas entidades, que acabaram reunidas no chamado Mural de Propostas, com 352 itens. Um dos membros do grupo de metodologia do Conselho Internacional explicou a idéia:

“O FSM é um espaço de articulação. O Fórum em si não tem propostas, mas facilita que as organizações façam as suas. É como criar um campo de futebol. Fazemos isso, mas os times têm que se organizar para jogar entre eles. Foi a primeira vez que fizemos isso. Nem todos tiveram tempo de escrever suas propostas, mas há algumas com mais de 20 organizações articuladas. É uma semente de uma mudança muito positiva que foi plantada”.¹⁸

A criação do Mural de Propostas, porém, não foi considerada suficiente por todos no CI. Um grupo de 19 personalidades¹⁹ ligadas ao FSM lançou durante o encontro a “Carta de Porto Alegre”, com doze propostas fundamentais para o movimento altermundista, entre elas, a anulação das dívidas dos países do Sul, o fim dos paraísos fiscais, a reforma da ONU e a aplicação de taxas internacionais às transações financeiras, em especial da Taxa Tobin. O objetivo era dar mais foco às iniciativas articuladas no FSM, de modo a maximizar as ações de movimentos sociais e ONGs. Entretanto, para um setor influente do CI, do qual participava Francisco Whitaker²⁰, um dos fundadores do FSM, qualquer tentativa desse tipo poderia causar mais afastamento do que articulação. O argumento é que o modelo do FSM estava sendo replicado em diversos países, entre as mais diversas culturas, justamente por seu esforço didático que receber todo tipo de proposta que fizesse sentido dentro da Carta de

¹⁸ Frase de Marti Oliveira, in “FSM reúne 352 propostas para um outro mundo”. Reportagem publicada na internet por Bia Barbosa. Carta Maior, 05/02/2005.

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11033

¹⁹ São eles: Adolfo Pérez Esquivel; Aminata Traoré; Eduardo Galeano; José Saramago; François Houtart; Armand Matellar; Boaventura de Sousa Santos; Roberto Sávio; Ignácio Ramonet; Ricardo Petrella; Bernard Cassen; Samuel Luis Garcia; Tariq Ali; Frei Betto; Emir Sader; Samir Amin; Atilio Borón; Walden Bello e Immanuel Wallerstein.

²⁰ Weissheimer, Marco Aurélio. “Isso aqui não é Woodstock, adverte sociólogo”, Reportagem publicada na internet. Carta Maior, 03/02/2005.

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11022

Princípios – no FSM haviam sido 352 – e a convergência deveria ocorrer naturalmente, através do diálogo entre os participantes, sem determinações hierárquicas em termos políticos, econômicos ou intelectuais.

Em 2006, o esforço para internacionalizar – e baratear – o FSM continuou. O evento foi organizado de maneira policêntrica, com três sedes: no Mali, no Paquistão e na Venezuela, a que mais atraiu público. Este último encontro foi marcado por uma forte politização, já que contou com a marcante presença do presidente local, Hugo Chávez. Foi ele o palestrante principal de um ato que defendeu a construção de uma frente antiimperialista no mundo, e que contou também com as presenças de Aleida Guevara (filha de Che Guevara) e Ricardo Allarcon (presidente da Assembléia dos Deputados de Cuba), além de várias personalidades ligadas ao FSM. Em sua fala, iniciada após o Hino da Internacional, cantada pela primeira vez, em 1896, no XIV Congresso do Partido Operário Francês, Chávez relembrou “heróis do passado”, como Simón Bolíva, San Martín, Artigas, Abreu e Lima, Emiliano Zapata, Pancho Villa, Luís Carlos Prestes, Augusto Sandini e Schafik Handal, e disse que eles não haviam obtido maior sucesso porque não puderam articular suas lutas com as da África e da Ásia. Na opinião dele, o FSM poderia ter esse papel.

Durante o FSM venezuelano, outro ativista envolvido com o processo desde seu início, o finlandês Teivo Teivainen, integrante do Conselho Internacional, defendeu que o Fórum precisava superar um viés despolitizado que ainda predominava em algumas de suas esferas, sobretudo a resistência de articular-se com partidos políticos e governos. Para ele, o processo FSM tem enfrentado dificuldades para responder uma pergunta cuja resposta vai muito além de simplesmente repetir que ‘outro mundo é possível’: como esse outro mundo é possível e como chegamos a ele? A resposta, para Teivainen, necessita de respostas que vão além da esfera da sociedade civil, “um

conceito despolitizado", e que superem a dicotomia absoluta entre movimentos sociais e partidos políticos²¹.

Em 2007, o encontro mundial do FSM foi organizado pela primeira vez para o continente africano, na cidade de Nairóbi, no Quênia. Se, por questões geográficas, o encontro facilitava a presença de representantes de organizações africanas, até então minoritários na rede do FSM, por outro as dificuldades financeiras causaram polêmica. Os organizadores, sem apoio financeiro do governo local, como havia ocorrido em todos os encontros realizados no Brasil e no da Venezuela, definiram o preço da inscrição de atividades em até US\$ 400, um valor altíssimo para os padrões locais. Além disso, aceitou o patrocínio de uma grande empresa nacional de telefonia móvel.

Essas questões foram criticadas pelos ativistas que participaram da Assembléia dos Movimentos Sociais, que trabalhou na montagem da agenda de atividades para 2007. Foram programados protestos para 19 de março, data do aniversário de quatro anos da invasão do Iraque pelos EUA, e 8 de junho, quando acontece a reunião do G-8 (grupo dos oito países mais desenvolvidos do mundo, além da Rússia) em Rostock, na Alemanha. Na mesma ocasião, os movimentos aprovaram a decisão do Conselho Internacional de transformar o FSM em bianual, como forma de baratear os custos com viagens. Permaneceria, porém, o esforço para se realizarem Fóruns regionais e temáticos, de modo a manter a vitalidade da rede. Em 2008, o Fórum Social Mundial não realizou seu tradicional encontro anual, que foi substituídos por ações coordenadas pelas organizações participantes em diversas cidade do mundo. Em 2009, o evento anual será realizado novamente, agora em Belém do Pará, cidade amazônica que pretende se firmar como pólo da luta contra o aquecimento global.

²¹ Weissheimer, Marco Aurélio. Trecho contigo na reportagem "FSM precisa discutir a sério relação com partidos e Estados". Reportagem publicada na internet. Carta Maior, 25/01/2006. http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=9761

Capítulo 2: Os conflitos e a técnica do consenso

Os conflitos internos existentes dentro da rede do Fórum Social Mundial são do tamanho da intenção de seus fundadores, que almejam consolidar no mínimo uma articulação transnacional de movimentos sociais e ONGs. Tarefa hercúlea que enfrenta grandes obstáculos, sobretudo quando se pressupõe que a efetivação da rede depende da assimilação, ainda que parcial, de uma identidade coletiva pelos participantes, envolvendo questões como processos de mobilização, formas organizacionais, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação – tal qual a sistematização de Melucci. Apesar de haver consenso sobre o acento negativo às características mais visíveis da chamada globalização neoliberal – como o incentivo ao livre-comércio e expansão das companhias transnacionais –, os compromissos de cada um com a luta e, sobretudo, as propostas alternativas são marcadas por diferentes experiências culturais e histórias das organizações, dificultando a convergência.

Neste capítulo, o leitor é apresentado a uma sistematização dos principais conflitos potenciais existentes no FSM a partir da ótica da identidade coletiva, assim como às medidas tomadas pelo Conselho Internacional para minimizá-los. Por conflitos potenciais entendem-se aqueles que não necessariamente eclodem, mas para os quais há tensões suficientes entre as organizações capazes de gerá-los. Um exemplo é a relação entre a forma organizacional de redes e a de movimentos sociais tradicionais. Há inúmeros canais de diálogo entre eles no FSM. Entretanto, as características de cada um quanto a processos de mobilização – lobby, protestos de rua, ações locais, marchas etc. – ou formas de liderança – facilitadores ou líderes – podem gerar situações em que o consenso é inalcançável. De acordo com a sistematização sobre identidade coletiva de Melucci, pode-se perceber no FSM conflitos potenciais sobre ideologias – por exemplo,

há os que valorizam a diversidade de visões dentro do Fórum e aqueles que pedem mais convergência de pautas e ações – e sobre formas de comunicação – disputa sobre como o FSM deve ser apresentado à sociedade, se deveria possuir uma agenda política específica e se um documento final deveria ser divulgado a cada final de encontro.

Formas organizacionais

O predomínio das novas formas organizativas na base FSM é um de seus marcos mais característicos. Keck e Sikkink (1998), em estudo sobre a ação de ativistas no plano transnacional, avaliam que as redes transformam a prática da soberania nacional, na medida em que tornam menos clara a fronteira entre as relações dos Estados e dos cidadãos na esfera internacional. O que elas notam é que, “apesar das diferenças, essas redes são similares em diversos aspectos: a centralidade de valores ou princípios de idéias, a crença que indivíduos podem fazer a diferença, o uso criativo da informação e o emprego pelos atores não-governamentais de sofisticadas estratégias políticas para atingirem o alvo em suas campanhas”²².

Para Keck e Sikkink, as redes costumam ser hábeis em mobilizar estrategicamente informações a fim de criar novas questões e categorias, e persuadir, pressionar e acumular força para ter chances de enfrentar os muitos mais poderosos Estados e organizações internacionais. Seu objetivo é não apenas obter resultados objetivos, mas muitas vezes transformar os termos e a natureza dos debates. Ao tentar maximizar sua influência, as redes buscam fazer com que atores estatais e outros da sociedade mudem as percepções de identidades, interesses e preferências que têm deles,

²² pág. 2

para, então, pelo menos alterarem seu discurso ou até mudarem procedimentos, políticas e comportamentos.

“As redes transnacionais de advocacy são estruturas comunicativas. Para influenciar discursos, procedimentos e políticas, ativistas tornam-se parte de amplas comunidades políticas que agrupam atores que trabalham com uma gama variada de perspectivas institucionais e de valores. As redes devem ser entendidas como espaços políticos, na qual diferentes atores negociam – formal ou informalmente – os significados social, cultural e político de seu empreendimento conjunto”. (Keck e Sikkink, 1998:3)

É possível encontrar exemplos de redes transnacionais de advocacy desde o século XIX, como foi a de combate a escravidão. Mas seu número, tamanho e profissionalismo, e seu dinamismo, densidade e complexidade em termos de vínculos internacionais entre elas aumentaram muito nas últimas décadas. Prova disso são os dados da União das Associações Internacionais compilados pelas autoras sobre o número de ONGs com atuação internacional entre 1953 e 1993. Nesse período, o número dessas instituições se elevou de 110 para 631. Segundo as autoras, as ONGs são “componentes-chave” de qualquer rede de advocacy e o avanço de seu número indicaria o mesmo para as redes²³.

Entretanto, em que pese algumas características das redes serem adotadas por uma série de outros grupos de outras origens, há rotinas, regras e experiências que inevitavelmente entram em choque. Entidades sindicais, por exemplo, que são aceitas no FSM, possuem uma estrutura mais rígida e vertical. A depender do país, há líderes eleitos em pleitos sindicais, receitas obtidas com recursos obrigatoriamente pagos pelos trabalhadores e uma forte legislação regulando a atividade dessas organizações. O Brasil é um exemplo evidente desse modelo.

²³ Sikkink, pág. 10

O que se deseja ponderar é que os grupos que agem em rede e formam a maior parte do FSM nem sempre tem facilidade para negociar com esse tipo de organização do “século passado”. Como aponta Sader²⁴, um intelectual que participa do FSM e produz constantemente análises sobre ele, as ONGs expressam um modelo que nominalmente se descreve *não-governamental* e o operam, em boa parte, segundo a lógica da ação local. Em muitos casos, a tradicional luta pelo poder, através de partidos políticos e da tomada do Estado, são consideradas lutas do passado e sem uma real capacidade transformadora.

A própria Carta de Princípios impede a participação direta de representantes de partidos e governos na rede do Fórum, assumindo uma oposição entre sociedade civil e Estado. Esse aspecto é grave, argumenta Sader, um intelectual que participa do FSM e produz constantemente análises sobre ele, não apenas porque o que o movimento antineoliberal não poderia prescindir de nenhuma força numa luta ainda tão desigual, mas principalmente porque isola o processo de construção de alternativas das temáticas do poder, do Estado, da esfera pública, da direção política e da luta ideológica. Apesar da tentativa formal de limitar o Fórum a representantes da sociedade civil, na prática isso não ocorreu. Desde o início, os organizadores dependeram de recursos financeiros e apoio logístico de prefeituras, governos estaduais e federais para viabilizar o evento.

No quinto FSM, um grupo de 19 intelectuais ligados à história do encontro – alguns com proximidade com o PT – lançou a Carta de Porto Alegre, cobrando do FSM a tomada de posição, a elaboração de princípios comuns, avanço organizacional e estratégias políticas (Allahwala e Keil, 2005:415). Era a “sociedade civil” presente no FSM não abdicando de discutir temas relativos ao Estado e a governos. Uma crítica semelhante ao FSM foi formulada por Peter Marcuse (2005). Para ele, a transformação

²⁴ SADER, Emir. *A vingança da história*. São Paulo, Boitempo, 2003, p. 87-88/Documentos internos do Conselho Internacional referentes à reunião de abril de 2002

social almejada pelo FSM não poderia ser alcançada sem a participação de governos, sem mudanças de poder no plano nacional e talvez até no internacional. “Mas os fóruns sociais são quase que intuitivamente antigovernamentais, focadas mais ações diretas de movimentos de base e protestos do que na busca pelo poder” (Marcuse, 2005:420). E historicamente, segundo Marcuse, os movimentos sociais de sucesso foram aqueles monotemáticos e que conseguiram alterar a distribuição do poder. Para Marcuse, essa ponderação não decreta a irrelevância do FSM, que cumpre funções de “abrir, integrar, informar os movimentos sociais, e talvez ajudá-los a organizar, definir o foco e implementar estratégias”.

“O FSM não é um movimento social, e nem deseja sê-lo. Talvez seja muito cedo para falar em um movimento social global, um movimento internacional que trate de múltiplos temas e que lute não por objetivos específicos mas também pelas questões do poder e da justiça social” (Marcuse, 2005:420).

Em contraposição a Sader e Marcuse, Conway, que também participou de Fóruns Sociais, admite que haja uma profunda discordância sobre o caráter do poder do Fórum, que está baseada em conflitantes visões e entendimento sobre o poder e a mudança nesta era contemporânea. “O FSM é melhor entendido como um processo cultural global, formado por movimentos, em múltiplas escalas e multi-situado. O encontro anual é um nó crítico no espaço e no tempo para a consolidação e articulação do processo em escala global, mas o processo mundial não pode ser reduzido a isso” (Conway, 2005:425).

Em seu debate intelectual realizado diretamente com Marcuse, a autora o contesta, afirmando que a visão dele sobre o FSM é “politicamente reducionista, focada em questões de estratégia e poder estreitamente compreendidas e na necessidade de um debate linear, de um processo decisório e de uma organização verticalmente integrada”

(Conway, 2005:426). Ela diz que, para Marcuse, numa ‘mudança transformadora superior’ seria apenas equacionada com a conquista (eleitoralmente ou de outra maneira) do poder do Estado em escala nacional; que a eficácia política do FSM é medida por sua capacidade de produzir uma plataforma comum; e que há um único sistema de opressão que unifica todas as questões e lutas.

Mas, para a autora, movimentos sociais já consagrados pelo sucesso, como seria o caso do feminista, provam o equívoco de Marcuse. Segundo ela, a proliferação do feminismo e de coalizões feministas internacionais tem logrado seus objetivos de igualdade de gênero, tratando a convergência ao lado da divergência, com uma permanente reflexão sobre as relações de poder desiguais dentro do movimento e um compromisso pela inclusão e participação. E isso tem sido obtido sem a conquista do Estado (“não que o Estado seja irrelevante”, ressalta ela) ou a luta contra uma única forma de opressão, como se houvesse um “patricarca-mor”. “Central nesta política é o reconhecimento de uma multiplicidade de expressões, a busca por entender as intersecções e construir um movimento mais inclusivo e efetivo com mais visões e poderes transformadores” (Conway, 2005:426)

Conway vê em Marcuse vícios de uma “velha esquerda”, para a qual “todas as lutas sociais podem ser entendidas em termos de uma unificada e linear contra-narrativa ao desenvolvimento do capitalismo”. Para a autora, é indiscutível que o FSM já está produzindo uma convergência política histórica, sem precedentes e com capacidade de agir em escala mundial, notavelmente sem o benefício de uma plataforma comum ou de uma organização leninista, como afirma ela.

Em janeiro de 2003, mais de 100 mil pessoas participaram do FSM em Porto Alegre e se manifestaram numa marcha contra o Império Americano e a possibilidade de uma guerra contra o Iraque – e para essa convergência não teria sido necessária a

resolução de um comitê central. Algumas semanas depois, em 15 de fevereiro, um protesto global reuniu em diversas cidades do mundo alguns milhões de pessoas. Diante de sucessos como esse, Conway admite que haja um paradoxo no FSM: ao englobar a diversidade, ele promove a convergência em escala global. E o movimento antiguerra é um exemplo.

Além disso, o poder do FSM também se daria em sua difusão global como um processo para a criação de espaços políticos não deliberativos em que movimentos sociais convergem e onde o único requisito é sua oposição à globalização neoliberal. Ao não ser deliberativo, preservaria sua capacidade de fomentar a aprendizagem mútua e de aceitar múltiplos discursos, modos e atividades, em vez de um centralizado e único. O FSM é, assim, um “espaço aberto”, e não um movimento social, porque um movimento implica em definir estratégias, formular de programas, assumir a divisão do trabalho e uma estrutura piramidal. “O FSM existe para incubar e nutrir plurais e diversos movimentos contra o neoliberalismo” (Conway, 2005:427).

Na mesma linha de Conway, Moacir Gadotti, um dos principais organizadores do Fórum Social Brasileiro (FSB), um dos encontros regionais do FSM, aponta o processo como “um movimento de solidariedade horizontal, onde não há hierarquia”²⁵. Em entrevista a um órgão de imprensa logo após a realização do primeiro FSB, em Belo Horizonte, em 2003, o presidente da ONG Instituto Paulo Freire e que foi fundador do PT garantiu:

²⁵ Entrevista a Marcel Gomes, publicada na internet. Carta Maior.
http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=1339

“Quando me perguntavam há 30 anos o que tínhamos de fazer para mudar o mundo, eu responderia: criem um partido político. Hoje, se me perguntassem a mesma coisa, eu responderia: criem uma organização não governamental e fortaleçam a sociedade civil, porque o sujeito social coletivo e a sociedade civil global têm uma chance histórica de ser cidadãos e controlar o Estado e o mercado”.

Ideologias

É evidente que há uma grande multiplicidade de ideologias no FSM. No item anterior, foram apontadas as divergências entre as novas formas organizativas – como as redes – com partidos políticos e sindicatos. Por traz dessa oposição, há conflitos ideológicos sobre o poder político, a sociedade civil e o Estado. Segundo Cohen, há muitos teóricos que apostam que uma sociedade civil em escala global poderia compensar a falta de democracia na nova ordem mundial. Ela chegou a essa constatação ao produzir uma análise sistematizando parcela da bibliografia que combina descrições empíricas de organizações, movimentos e redes transnacionais com teorias normativas sobre a sociedade civil global emergente. Nesse contexto, haveria os que vêem a sociedade civil global como:

- I) locus potencial para a democracia mundial e um equivalente funcional do Estado Nacional;
- II) supridora de novas bases de identidade, solidariedade, coordenação, regulação e controle, ocupando um espaço para onde o Estado não consegue progredir;
- III) mais como um veículo do que um locus democratizador das governanças local e global, sendo portadora de princípios morais que orientam e constroem outros atores;
- IV) responsáveis por fiscalizar o cumprimento de normas e executar funções de governo, numa visão extremamente positiva de privatização de funções públicas.

Todas essas percepções de sociedade civil estão em choque entre os participantes do FSM. Por um lado, é evidente que a imensa maioria dos participantes tem uma visão otimista sobre o papel das organizações da sociedade civil, pelo menos como fonte de controle sobre o Estado e a economia. Cohen e Arato (1999) captaram a ressignificação contemporânea de sociedade civil – o termo é empregado desde Aristóteles – e a colocaram nos termos que são compreendidos hoje. Propuseram a reconstrução do conceito em um modelo tripartite, que distingue a sociedade civil tanto do Estado quanto da economia, de modo a possibilitar que ela assuma o papel de oposição democrática em regimes autoritários, bem como de renovar seu potencial crítico nas democracias liberais (Evangelista, 2006).

“Entendemos a sociedade civil como uma esfera de interação social entre a economia e o Estado, composta antes de tudo pela esfera íntima (em especial a família), a esfera das associações (em especial as associações voluntárias), os movimentos sociais e as formas de comunicação públicas”. (Cohen e Arato, 1999:8)

Essa ressignificação contemporânea absorveu idéias defendidas por Marx e Gramsci.

“Tanto em Marx como em Gramsci, a sociedade civil – e não mais o Estado, como em Hegel – representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico. De modo que, em Marx, esse momento ativo e positivo é estrutural, enquanto em Gramsci é superestrutural”. (Bobbio, 1994: 33)

Em sua teorização sobre o conceito, Gramsci afirma que a disputa das classes pela direção moral e intelectual se dá no seio da sociedade civil, entendida como um lugar onde há também a organização da cultura. Com isso, é na sociedade civil em que

se formam valores, normas de ação, significados e identidades coletivas (Cohen, 2003). Depois de Gramsci, o termo voltou a ser empregado na crítica ao Estado totalitário do Leste Europeu, nos anos 70, e nas lutas contra as ditaduras militares da América Latina, na década seguinte. É nesse período que Cohen e Arato (1999) identificaram o ressurgimento de uma sociedade civil, que finalmente ganhou os contornos que nos são mais próximos hoje.

Entretanto, é preciso considerar que as potencialidades transformadoras da sociedade civil são alvos de questionamentos entre participantes do FSM. Talvez uma questão-chave seja: sem tomar o poder do Estado ou ao menos maximizar a influência sobre ele, por exemplo através de vínculos mais fortes com os partidos políticos, como atingir o cerne da globalização neoliberal, que, afinal de contas, ainda depende do poder regulador – e desregulador – dos Estados Nacionais? A própria Cohen, ao analisar a capacidade de uma suposta sociedade civil global, demonstra-se cética e questiona como esta poderá cumprir suas funções se não capaz de impor sanções a atores poderosos.

Diante de divergências tão radicais, os fundadores do FSM optaram por uma estratégia metodológica para favorecer a aproximação das organizações e estimular a convergência das organizações através do diálogo. A idéia era criar o Fórum como um espaço aberto, e não um movimento, com estrutura mais rígida e instâncias decisórias. E se, um dia, houvesse convergência quase absoluta que desse ao FSM a face de um movimento social, isso ocorreria sem prejuízo da diversidade e da horizontalidade.

Modelos de liderança

O objetivo da Carta de Princípios era fazer com que as edições seguintes do Fórum Social Mundial e os encontros nacionais e regionais que ocorressem seguissem a mesma configuração do primeiro evento. A diretriz básica da Carta de Princípios do Fórum é que ele é um “espaço aberto”, ou seja, não há dirigidos e nem dirigentes.

Mas a Carta sofreu e sofre contestações. A terceira edição do Fórum Social Europeu, realizada em outubro de 2004, em Londres, por exemplo, foi organizada com a “participação decisiva” de um partido político e do governo municipal. Os Fóruns Sociais Mundiais realizados no Brasil sempre contaram com apoio de governos ligados ao Partido dos Trabalhadores. Em que pese não haver contrapartidas contratuais a esses apoios financeiros, há proximidade ideológica o suficiente para supor que ativistas do Fórum podem ver membros partidários como lideranças – o caso mais notório é do presidente Lula, cuja presença no Fórum sempre atraiu milhares de espectadores.

No primeiro Fórum, o Comitê Organizador convidou e pagou passagem e estadia para que intelectuais e ativistas participassem das conferências por ele programadas. Foi incentivado, porém, que as organizações promovessem suas próprias atividades, inclusive pagando passagem e estadia para convidados, a fim de que dessem suas perspectivas sobre os problemas a serem enfrentados. A preponderância das atividades auto-organizadas só aconteceu na quarta edição do FSM, no Fórum Social Mundial de Mumbai, em 2004, quando apenas 13 das 1.182 atividades previstas foram programadas pelos organizadores – uma reversão da tendência que prevalecia até o Fórum de 2003. Nesse ano, em Porto Alegre, foram realizadas grandes atividades com personalidades do mundo político, como o então presidente recém-eleito do Brasil, Luiz

Inácio Lula da Silva, e o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que atraíram multidões de até 20 mil pessoas para suas conferências.

Participações institucionais de representantes de governos e partidos são vetadas pela Carta de Princípios. No entanto, cada um, como pessoa física, pode fazer-se presente. No Fórum de 2002, representantes do Banco Mundial no Brasil solicitaram inscrição como tais, e foram informados que não havia essa possibilidade e poderiam ser apenas observadores. O mesmo ocorreu com o primeiro-ministro belga, que pediu um espaço para se dirigir a todos os participantes como chefe-de-estado; e com o venezuelano Hugo Chávez, nos encontros seguintes. A todos eles foi dito que poderiam participar como cidadãos. Chávez veio e participou de várias atividades. A única grande exceção a essa regra ocorreu com o então recém-eleito presidente brasileiro Lula, em 2003, quando para ele foi preparado um espaço oficial. Essa opção dos organizadores contrária à Carta de Princípios foi justificada porque Lula era presidente do país que hospedava o Fórum.

Nesse aspecto, o Fórum Social Mundial realizado na Índia, em 2004, seguiu outro caminho. O foco em atividades organizadas pelas próprias entidades e a ausência de grandes estrelas internacionais da política abriu a cena para a exposição de setores altamente excluídos da sociedade e a divulgação de suas lutas – o caso mais notório é o dos Dálits. O exemplo de Mumbai inspirou que no Fórum seguinte, em 2005, realizado novamente em Porto Alegre, o Comitê Organizador priorizasse as atividades auto-organizadas e atuasse preponderantemente como facilitador, ao realizar antes do encontro consultas com os interessados sobre quais temas-chave deveriam ser abordados.

As entidades organizadoras do Fórum realizado em 2004, na Índia, colocaram a questão do financiamento em foco e afirmaram em documento divulgado antes do

evento que, apesar de aceitarem recursos financeiros de entidades do exterior, uma vez que o FSM tem caráter internacional, não procurariam verbas com Dfid (agência de financiamento do governo britânico), Usaid e agências controladas por fundos corporativos como as fundações Ford e Rockefeller. Também estariam vetados quaisquer apoios advindos de grandes corporações ou outras entidades consideradas do “campo da globalização imperialista”.

Segundo Whitaker, o esforço para evitar a hierarquia no Fórum gera a coresponsabilização pelo encontro, o que ele diz ter podido verificar na prática em 2003. Por problemas técnicos na distribuição das salas para os eventos auto-organizados, que era feita eletronicamente, o programa impresso do evento só ficou pronto no primeiro dia do Fórum. Mas, em vez de uma rebelião contra os organizadores, Whitaker afirma que a falha gerou uma mobilização que criou formas alternativas de divulgação das atividades ou adiamento delas para os outros dias – cuja divulgação de data e horário ficou a cargo dos organizadores de cada um delas.

A realização de Fóruns regionais e temáticos foi especialmente estimulada pela “Nota de informação” divulgada pelo Comitê Organizador brasileiro logo após o primeiro Fórum. Ativistas de ONGs e movimentos sociais que participaram do encontro levaram para seus países a idéia. O Attac, por exemplo, chegou a publicar um livro chamado “Roteiro para a organização de Fóruns Sociais locais”. Muitos Fóruns locais, porém, passaram a divulgar pautas prévias para o debate e documentos finais, além de seus organizadores se identificarem tal qual dirigentes de um movimento chamado Fórum. O Fórum Social Europeu de Florença, por exemplo, fez esse direcionamento ao dar, em 2002, mais destaque às atividades promovidas pelos organizadores e que tinham a presença de famosos políticos. No entanto, apesar desses problemas, Whitaker e

outros ativistas acreditam que nos Fóruns locais o fortalecimento das redes é mais veloz.

“É evidente que em nível local é mais fácil construir redes permanentes ligando seus participantes. Os eventos podem dar o pontapé inicial nas articulações e contatos que prosseguirão por si mesmos. As pessoas e organizações estão mais próximas umas das outras, podem ver-se com mais frequência e mais rapidamente. É inclusive possível – como já o fazem os organizadores de alguns Fóruns locais – criar espaços comuns permanentes de informação e lançamento de iniciativas”.
(Whitaker, 2005:133)

Ao defender a horizontalidade do Fórum, apesar dos obstáculos enfrentados, ativistas afirmam que esse é um dos principais legados das lutas de 1968 e que desafia estruturas piramidais como a de partidos políticos, sindicatos, igrejas e governos. Ao abdicar da direcionalidade pelos organizadores, o Fórum se coloca como espaço de articulação entre as organizações. Ninguém falará oficialmente pelo Fórum, mas os donos das idéias discutidas ali pretendem que elas sejam aceitas em consenso e que, assim, seja um discurso protagonista feito sob o salvo-conduto de que não houve direcionamento.

O debate sobre a natureza do Fórum, se é um movimento ou um espaço, influencia em sua opção organizativa e a metodologia adotada nos encontros mundiais, regionais, nacionais e temáticos que ocorrem em todo o mundo. A opção pelo Fórum-espaço prevaleceu, mas há muitos defensores da idéia do Fórum-movimento. Os ativistas que defendem o último modelo pretendem que haja um mínimo de coordenação do processo – eles evitam usar a palavra direcionamento – e que a agenda seja mais concentrada, para que o ideal de criação do “movimentos dos movimentos” seja cumprido.

Outro item fundamental implantado no FSM para evitar a hierarquização do processo foi a adoção da “regra do consenso” para a tomada de decisões. O objetivo manifestado pelo primeiro Comitê Organizador brasileiro, ainda em 2000, era tornar possível, com essa regra, construir a unidade na diversidade, sem que as normais e necessárias divergências levassem às tradicionais divisões, dissidências e rupturas. A “regra do consenso” está descrita no artigo 18 do “Acordo Programático para a constituição do Fórum Social Mundial”, assinado em 8 de junho de 2001, e diz:

“As decisões da Secretaria são sempre tomadas por consenso. No caso de não se chegar a consenso, será aferida por votos a vontade majoritária, verificando-se se em seguida a minoria aceita a decisão proposta. Se esta não aceitar, a discussão prosseguirá até que se obtenha o consenso ou o acordo da eventual minoria. Os Parceiros que não se fizerem representar em reunião do Comitê Organizador, por seu representante titular ou substituto, deverão ser consultados por telefone, fax ou via eletrônica, com confirmação de sua resposta, por escrito, no prazo máximo de três dias; a ausência de confirmação será considerada aceitação, salvo, a juízo de todos os presentes, em casos de impossibilidade material de contato em prazo curto com o Parceiro ausente, quanto se tratar de decisões que engajam a responsabilidade política do Secretariado.”

Como relata Whitaker, há no Conselho Internacional uma disputa clara entre os membros do Secretariado, antigo Comitê Organizador brasileiro, e membros do CI que vêem aquela instituição como protagonista da condução do processo. Whitaker, como membro do Secretariado, avalia que apenas esse “órgão é capaz de garantir a efetiva continuidade na concretização das intuições iniciais dos organizadores”.

Para ele, discussões no CI são complicadas porque são mais de 100 pessoas que se encontram duas ou três vezes por ano em busca de consensos. O CI repetiu a tradição do Comitê Organizador brasileiro e adotou a regra do consenso para suas decisões, o

que dá o poder de veto a qualquer uma das organizações dele participantes, além de produzir discussões longas como a que decidiu levar o FSM para a Índia, em 2004.

Formas de comunicação

A ausência de documento final, como optaram os organizadores do Fórum Social Mundial, intriga àqueles acostumados a participar de grandes eventos de conotação política. Muitos usam esse argumento para dizer que o Fórum não leva a nada – crítica não apenas de opositores ao Fórum, mas mesmo de participantes que gostariam de ver o evento como orientador das perspectivas dos movimentos transnacionais. Para Whitaker, porém, como o Fórum não tem caráter deliberativo, não se gastará tempo para “discutir as vírgulas de um documento final”.

“Ele será o início de um processo de reflexão conjunta, em nível mundial (...) O que se pretende é abrir espaço – a cada ano um novo aprofundamento –, numa reflexão também ‘globalizada’, para a busca de alternativas ao modelo que está aí nos dominando. (...) Esperamos que essa repercussão assegure efetivamente o início de uma nova etapa na luta contra a submissão do ser humano aos interesses do capital”. (Whitaker, 2005:179)

A abdicação de um documento final, que serviria de texto-guia para os movimentos pelo mundo, não é bem aceita por todos. Os movimentos sociais, por exemplo, realizam durante o FSM a Assembléia dos Movimentos Sociais, cujos documentos adotam um tom de radicalismo nem sempre aceito pelos outros participantes do Fórum.

Em 2003, havia unanimidade no Conselho Internacional contra a invasão do Iraque pelos EUA, mas isso também não foi capaz de fazer seus membros divulgarem

uma nota pública. O belga François Houtart, do Centro Tricontinental, uma entidade voltada aos estudos, documentação e publicações que funciona junto à Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, explicou, na ocasião, o motivo: “Hoje não é possível ao Fórum, como entidade, tomar decisão ou mesmo dar indicação de orientações pois muitas organizações temem que ao fazê-lo, o Conselho Internacional acabe se transformando em uma quinta internacional ou um comitê central”²⁶.

No Fórum de 2004, porém, os organizadores da Assembléia dos Movimentos Sociais conseguiram que no encerramento fosse lido um documento sobre os protestos mundiais agendados para o aniversário de um ano da invasão dos EUA ao Iraque. O documento ganhou ares de decisão oficial do Fórum, o que foi criticado por ativistas, preocupados com o risco de direcionamento do encontro.

Processos de mobilização

A inexistência de um documento final reflete a opção dos organizadores do FSM de evitarem o direcionamento das iniciativas de lutas – e isso implica a aceitação de que diferentes formas de mobilização podem ser tomadas. O Fórum reúne movimentos sociais que trabalham sob a ótica dos grandes protestos de ruas, pois tem base para isso; há as ONGs que executam programas locais de desenvolvimento, para combater a fome ou educar as crianças; há organizações que optam por trabalhos de lobby junto a órgãos governamentais ou empresariais, em geral a partir da produção de relatórios técnicos acerca de impactos causados e da execução de campanhas; e há também os grupos de

²⁶ Auler, Marcelo. “Marcha contra a guerra abre III Fórum Social Mundial”. Reportagem publicada na internet. Carta Maior, 22/01/2003.
http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10923

comunicação, normalmente focados na internet e que trabalham para publicar a versão dos fatos segundo uma visão que se contrapõe à dos grandes grupos de comunicação.

Ao longo dos encontros, as entidades que participam do FSM lançam suas mobilizações e trabalham para que outras organizações se engajem, mas foram poucos os casos em que se conseguiu apoio da maioria delas para determinada ação. Um dos poucos exemplos disso ocorreu, como já lembrado nesta dissertação, no Fórum de 2003, quando foi articulada uma grande marcha global contra o ataque militar dos EUA ao Iraque. Na maioria das ocasiões, porém prevalece a multiplicidade de iniciativas, que para alguns é sinal de vitalidade das organizações do FSM, e para outros revela a dificuldade da convergência, o que enfraqueceria a luta.

Capítulo 3: A Análise de Rede do Conselho Internacional

Neste capítulo, são apresentados os resultados da análise sobre a composição do Conselho Internacional do Fórum. Ele dialoga com o capítulo anterior ao revelar quais os tipos de cada organização – se ONGs ou movimentos sociais, por exemplo –, de que região são originárias, quando foram fundadas e se participaram do lançamento do FSM em 2001. Em seguida, são relatados os dados da Análise de Redes Sociais (ARS) do Conselho Internacional e a interpretação dessas informações. A ARS revela quais entidades possuem mais influência na rede do FSM, com quem elas mais se articulam e qual a estabilidade dos vínculos.

A composição do CI (uma tabela pode ser vista na seção *Anexo*) demonstra a diversidade de organizações que integram o processo. Nasceram em diferentes momentos da história, trabalham com temas diversos, possuem naturezas organizacionais distintas, representam diferentes segmentos da sociedade, recrutam membros e promovem ações nem sempre convergentes.

Não é simples classificar os integrantes do CI quanto ao tema, sobretudo porque é comum a transversalidade temática. Grupos que lutam pela extensão de direitos de uma comunidade, por exemplo, podem militar por necessidades ambientais, direitos das mulheres e desenvolvimento econômico, tudo ao mesmo tempo. Segundo levantamento de Bandy, a partir da década de setenta houve aumento do número de entidades que trabalham com vários temas em suas lutas. Os ativistas cada vez mais relacionam proteção ambiental e direitos humanos ou direitos humanos e paz. No início dos anos setenta, apenas 7% dos grupos trabalhavam com múltiplos temas, e esse índice passou a 17% no ano 2000²⁷. Essa mudança levanta uma interessante questão sobre como os

²⁷ Bandy e Smith, pág. 5

movimentos vêm a causalidade dos problemas enfrentados e a relação com as relações transnacionais no contexto da globalização.

Torna-se, assim, mais complicado defini-los como um grupo ambientalista, feministas e que luta pelo desenvolvimento socioeconômico. Mas por necessidade analítica e admitindo a possibilidade de equívocos, fez-se um esforço para apontar qual o tema central desenvolvido por cada entidade do CI ao participar do FSM. As áreas temáticas foram definidas a partir dos termos usados pelos próprios grupos em suas páginas na internet, em documentos assinados por eles, ainda em reportagens jornalísticas ou ainda por estudos acadêmicos que fizeram classificações desse tipo.

Foi possível eleger 15 temas preponderantes. O mais comum, correspondente a 30,2% (45 dos 149 membros do CI) dos grupos, foi classificado como “Globalização Alternativa/Justiça Global”. São aqueles que trabalham prioritariamente com os temas relacionados à globalização, como o avanço das transnacionais e o empoderamento de organizações multilaterais, seja produzindo estudos, organizando protestos ou empreendendo projetos que minimizem efeitos negativos ou aproveitem as oportunidades criadas. Como exemplos, podem-se citar a coalizão “50 Years Is Enough!”, que defende a reformas de instituições cinquentenárias como o FMI e o Banco Mundial, a Attac França, cuja pauta central é a taxação dos fluxos financeiros internacionais, e o Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM), que vê a dívida externa dos países pobres como uma forma de dominação pelos países ricos.

O segundo conjunto mais numeroso trata do tema que se optou chamar de “Desenvolvimento”, com 16,1% (24 dos 149). É o caso, sobretudo, de ONGs que trabalham com iniciativas de combate à pobreza e à fome, além da promoção de programas locais de geração de renda, por exemplo agregando valor à produção de agricultores familiares. É o trabalho que fazem organizações como a Action Aid

Internacional, a Arab NGO Network for Development e a Rede APM (Agricultures Paysannes, Sociétés et Mondialisation).

Em um terceiro nível de incidência, estão os grupos que discutem o tema do “Trabalho”, entre os quais se destacam entidades sindicais (13 grupos no CI), Mulher/Feminismo (12), “Articulação/Participação Popular” (11) e “Direitos Humanos” (10). Os grupos minoritários adotam os temas da “Comunicação” (6), “Paz” (6), “Comércio Justo” (5), “Meio Ambiente” (4), “Educação” (4), “Soberania Alimentar” (3), “Políticas Públicas” (2), “Indígenas” (2) e “Soberania/Libertação Nacional” (2).

Também foi feita uma classificação sobre a região de origem dos grupos, e novas dificuldades foram encontradas. Uma delas diz respeito à própria ação em rede e difusa dessas organizações contemporâneas, que muitas vezes fazem do espaço virtual – e não do geográfico – seu lócus preferencial de desenvolvimento. Por conta disso, algumas organizações são classificadas tendo mais de uma região de origem. Outra ponderação importante é que nem sempre o dado sobre origem é definidor em termos de atuação. Isso porque grandes movimentos sociais transnacionais, como a Marcha Mundial de Mulheres e a Via Campesina, possuem forte presença em diversos continentes e ainda mantêm sedes rotativas. A sede da Marcha é mantida atualmente no Brasil e a da Via Campesina, na Indonésia.

De qualquer modo, a região de origem da maioria dos integrantes do CI pode revelar de qual cultura política eles são provenientes, e isso executa um papel decisivo sobre o momento de articular com outros parceiros. Em seu estudo sobre a rede People’s Global Action, Lesley J. Wood²⁸ apontou existência de conflito entre os movimentos que tinham origem no Norte – Europa Ocidental, EUA e Canadá – e os do Sul – América Latina, África e Ásia. Segundo ele, diferentes culturas de organização e

²⁸ Wood in Bandy e Smith (2005).

experiências fazem com que as análises sejam distintas sobre os problemas e as soluções. Enquanto os movimentos do Norte põem ênfase no desenvolvimento como um processo formal e estruturas de relações em acordo com a confiança construída, grupos do Sul não vêem a formalidade como uma solução e, ao invés disso, enfatizam a confiança construída através de espaços compartilhados, compromissos e respeito mútuo²⁹.

No FSM, os grupos representantes do chamado Norte formam 42,5% do Conselho Internacional, com 50 grupos com vínculos na Europa Ocidental e 18, nos Estados Unidos ou Canadá. As 40 organizações da América Latina e Caribe representam 25,3% do CI; as 22 da África, 13%; as 21 da Ásia, 12%; as 4 da Europa Oriental, 2%; e as 4 da Oceania, também 2%. O esforço de levar o FSM de 2004 à Índia e o de 2007 ao Quênia foi justamente para incentivar a mundialização do processo, mas o Fórum ainda permanece bastante marcado pelas entidades que o fundaram, cuja origem está na América Latina e na Europa Ocidental. Das 51 organizações que participaram da reunião de formação do Conselho Internacional do FSM, em junho de 2001, somente duas tinham origem diretamente na África (Alternative Information & Development Centre – AIDC e Enda – Senegal) e outras duas na Ásia (Focus on the Global South e Rede Dawn).

Uma outra diferenciação possível de ser caracterizada no CI diz respeito à data de fundação dos grupos. Foi possível obter esse dado para 121 das 149 organizações que compõem o Conselho, das quais 50 (41,1%) nasceram entre 1990 e 1999 e outras 15 (12,3%) do ano 2000 em diante. A juventude desses grupos é um dado revelador das novas formas de mobilização social que se intensificaram na contemporaneidade, como as redes, as coalizões, as campanhas transnacionais e os fóruns. No FSM, pelo menos

²⁹ Wood, pág. 110, in Bandy e Smith.

75 grupos (50,3%) se enquadram diretamente nessas novas formas organizativas. Outros 44 são ONGs (29%) e 6, movimentos sociais (4%). As entidades sindicais, um dos símbolos do secular mundo do trabalho, estão representadas por apenas 11 grupos (7,3%) no FSM.

Como se perceberá mais adiante, os dados sobre a composição do Conselho Internacional são importantes para serem confrontados com os resultados da ARS. Um caminho revelador é a comparação entre os tipos majoritários no CI – uma rede ou coalizão, oriunda da Europa Ocidental ou da América Latina, nascida da década de noventa e que trabalha com o tema da Globalização Alternativa/Justiça Global – com o grupo daqueles apontados como os mais influentes na ARS. A proporção nesses conjuntos não será a mesma.

No caso da rede do FSM, como já anunciado na seção de *Apresentação* desta pesquisa, optou-se por analisar o universo das 149 organizações que compunham o Conselho Internacional em dezembro de 2007, afinal, tendem a ser as mais engajadas organizações no processo. A definição da amostra como sendo os membros do Conselho Internacional corresponde ao que os analistas de rede chamam de “abordagem nominalista”³⁰. Ao escolhê-la, o pesquisador cria limites conceituais que respondem a uma proposta analítica: define-se um critério para escolher os membros da rede, identificam-se os nós e, então, analisam-se as interações entre eles (Diani, 2002:176, in Knoke e Kuklinski, 1982).

³⁰ Além da abordagem nominalista, outra técnica usada para definição de amostra é chamada de “snowball”, pelo qual um determinado grupo de nós revela os vínculos que possui, ampliando sucessivamente a rede até que ninguém mais seja citado. A perspectiva conceitual que esta técnica segue é que a presença de um ator em uma rede não depende das características desse ator, mas sim da existência concreta de vínculos inter-organizacionais e inter-pessoais. A realização de pesquisa com essa abordagem costumam exigir o trabalho de vários pesquisadores e, assim como a abordagem minimalista, traz problemas específicos, pois basear a formação da rede em identidades comuns pode excluir dela grupos que possam desempenhar papel importante em campanhas de mobilização, mas que não compartilham as mesmas identidades (Diani, 2002:177).

Uma dificuldade enfrentada ao longo da pesquisa foi o acesso aos ativistas de cada uma das organizações-membro do CI. A imensa maioria dele vive em outros países e não haveria condições financeiras ou mesmo prazo acadêmico para abordar a todos pessoalmente – a maneira mais produtiva para a aplicação de questionários como os de ARS, cujas informações requeridas são muitas vezes vistas como privativas ou estratégicas pelos entrevistados. Decidiu-se, então, por contatar cada uma das 149 organizações do CI através do correio eletrônico do ativista que estivesse designado para acompanhar o Fórum. Para viabilizar a consulta, foi preparado um gerador eletrônico de nomes, do qual as respostas seguiriam de modo instantâneo para a matriz de um banco de dados. O questionário foi composto por duas questões, a saber:

1) Com quais dessas entidades (cite no máximo 5) do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial a organização da qual você participa mantém **neste momento** mais vínculos, no sentido de promover campanhas comuns, trocar constantemente informações e construir projetos conjuntos?

2) Com quais dessas entidades (cite no máximo 5) do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial a organização da qual você participa mantinha, **antes de janeiro de 2001, data do primeiro Fórum Social Mundial**, mais vínculos, no sentido de promover campanhas comuns, trocar constantemente informações e construir projetos conjuntos?

Para evitar um tipo de viés, as questões foram apresentadas em português, inglês, espanhol ou italiano, a depender das possibilidades de linguagem do interlocutor. A cada uma dessas questões, seguia-se a lista de todos os integrantes do CI em dezembro de 2007, para que o inquirido apenas assinalasse com um *clique* quais eram

seus vínculos. Essa foi a forma encontrada para evitar *lapses de memória* ou a *memória seletiva* dos que responderiam ao gerador de nomes.

Um primeiro objetivo da enquete é apontar quais os vínculos mais ativos entre as organizações que integram o CI do Fórum. A escolha foi limitada a cinco entidades, a fim de conduzir o entrevistado a realmente apontar os vínculos de maior destaque segundo sua avaliação. As questões também permitiram a criação de duas redes temporais: uma formada pelas organizações antes da primeira edição do FSM, em Porto Alegre, em janeiro de 2001, chamada aqui de *momento 1*, e outra referente à rede existente no início de 2008 – o *momento 2*. O objetivo principal da comparação entre essas duas redes é avaliar a estabilidade/instabilidade dos vínculos.

As mensagens eletrônicas aos 149 entrevistados foram enviadas entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008. Este pesquisador se apresentava como estudante do Programa de Mestrado em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e questionava o receptor sobre o interesse em participar do estudo. Esta apresentação foi escrita em português, inglês e espanhol. Cerca de 70 manifestaram interesse. Foram então enviadas as instruções para acesso ao questionário eletrônico; houve 23 respostas válidas. Uma segunda leva de convites foi encaminhada entre março e abril de 2008 para aqueles que manifestaram interesse em participar, mas não haviam encaminhado suas respostas. Nessa etapa, chegaram outras cinco respostas válidas. No total, foram 28 respostas obtidas ao final do processo, equivalente a 19% do total de 149 possíveis. Entre eles, estão representantes de entidades de grande exposição pública com relação aos assuntos do Fórum. Ativistas que escrevem textos sobre o processo, concedem entrevistas à mídia e seguem participando das reuniões desde 2001.

São eles os membros do antigo Comitê Organizador brasileiro, a Oxfam, a IPS e as coalizões Encuentros e Aliança Social Continental. Supõe-se que essas organizações tenham um papel mais relevante sobre os rumos do Fórum do que outras que tenham entrado tardiamente no processo ou possuam uma gama de relações menos densa. Sobre esse aspecto, um conceito revelador a ser observado na Análise de Rede Social trata-se da *centralidade*, como pode ser visto a seguir.

Centralidade

Uma maneira conhecida de medir a posição de atores específicos (individuais ou organizações) em uma rede é olhar para sua centralidade, isto é, a medida na qual eles estão localizados em relação a posições-chave em uma rede de trocas. Há um conjunto de centralidades, que refletem propriedades específicas diferentes em uma interação.

“Um ator central conta com uma densa malha de relacionamentos dentro desse universo; dispõe de forte capacidade de coordenação da ação de outras organizações civis, bem como de articulação e agregação de interesses; funciona como referência simbólica dentro de determinadas constelações de atores; e, não raro, gera dependência nas organizações civis menos centrais ou mais periféricas, em virtude de as relações estabelecidas com elas serem assimétricas em termos de repertório de relações e, por conseguinte, de recursos de poder” (Gurza Lavallo, Castello e Bichir, 2006:22).

A mais simples medida de centralidade é olhar para o número de laços que os atores enviam e recebem de outros atores em uma rede (Diani, 2002: 186). Em um primeiro momento, atentar-se-á para uma medida de centralidade chamada de Grau de Freeman, calculado pelo programa Ucinet. Essa medida considera o número de vínculos recebidos por determinado ator (*indegree*) como um índice que revela, em uma

perspectiva comparativa com outros atores, seu grau de influência e/ou notoriedade.

Quanto maior o *indegree*, maior a influência de um grupo em sua rede.

Esse dado permite a construção de uma espécie de “estruturalismo a posteriori”, que reduz a influência na análise da racionalização que as próprias organizações fazem delas mesmas e de seus vínculos. Permite-se também que seja suposta a centralidade de organizações que não participaram da pesquisa, mas que foram bastante citadas por aqueles que responderam o questionário. O quadro abaixo traz os índices *indegree* dos grupos que foram mais citados pelas 28 organizações entrevistadas. Os dados se referem aos vínculos existentes entre o final de 2007 e início de 2008. Como cada uma das 28 organizações que responderam ao gerador de nomes podia ter citado cinco vínculos com outras entidades, cada um dos membros do CI tinha 135 possibilidade de ser lembrado.

Tabela 1: Organizações de maior centralidade, segundo o Ucinet

Nomes	T1		T2	
	<i>Indegree</i>	Freeman Betweenness	<i>Indegree</i>	Freeman Betweenness
Ibase	4	110,5	7	213
Ag. Lat. de Informação	4	0	6	112,5
Via Campesina	6	0	6	0
Action Aid Internacional	1	0	4	0
Oxfam Internacional	3	77	3	199
Euralat	0	0	3	54
MST	7	161	3	50
IPS	4	36,5	3	115
Aliança Social Continental	2	71,5	3	59
IATP	2	0	3	0
CUT	2	0	3	0
Social Watch	4	0	3	0
Marcha Mundial de Mulheres	1	0	3	0
Ass. Progresso das Comunic.	6	0	2	0
Grito dos Excluídos	5	0	2	0
Attac França	4	0	2	0
CADTM	3	0	1	0
Ceal	3	0	1	0
Aliança Mundo Resp. e Solid.	3	0	0	0
Abong	3	0	2	0
Fian	3	42	2	9

Com base dos resultados obtidos, foram criados grupos de acordo com o número de menções recebidas: grupo A (*indegree* acima de 7); grupo B (*indegree* entre 5 e 6); grupo C (*indegree* entre 3 e 4); e grupo D (*indegree* entre 1 e 2); grupo E (*indegree* 0). Como a proposta é analisar a questão da centralidade, será dado, em um primeiro momento, destaque apenas para os grupos A, B e C, que justamente contêm as organizações mais centrais na rede do Conselho Internacional.

No grupo A do momento 2, que se chamará A2, há apenas uma entidade: o Ibase, com *indegree* 7. No grupo B2, aparecem duas: a Agência Latino-Americana de Informação e a Via Campesina, ambas com *indegree* 6. No grupo C2, estão Action Aid International, com *indegree* 4, e Oxfam International, Euralat, MST, IPS, Aliança Social Continental, IATP, CUT, Social Watch e Marcha Mundial de Mulheres, todos com *indegree* 3. Outras 71 organizações foram citadas e possuem *indegree* entre 1 e 2.

Uma primeira consideração a se fazer sobre essas 13 entidades de maior centralidade no Conselho Internacional do FSM é que há grande diversidade entre elas. Trabalham com temas variados, assumem formas organizacionais distintas e tem origens em diferentes regiões do mundo. Embora haja uma determinação entre os membros do CI de estimularem a diversidade, não há nada que diga respeito à influência de cada organização. Entretanto, quando se comparam as proporções dos grupos em termos de centralidade e no conjunto do CI, há diferenças grandes. Quanto ao tema, por exemplo, as entidades que trabalham com o tema “Globalização Alternativa/Justiça Global” representam 30,2% dos 149 grupos que integram o CI, mas apenas 15,3% das entidades com centralidade mais alta (grupos A2, B2 e C2 somados). No sentido inverso, as organizações cujos temas não “Desenvolvimento”, “Comércio” e “Comunicação” elevam seu nível de representação, de 16,1%, 3,3% e 4,0%,

respectivamente, no conjunto total do CI, para 23,0%, 15,3% e também 15,3%, entre as mais centrais na rede.

No quesito tipo organizacional, a grande surpresa é que não há tantas “Rede/Coalizão/Campanha/Fórum” em posições centrais como existem no conjunto da rede. A proporção de grupos que assumem a forma de “Rede/Coalizão/Campanha/Fórum” no CI é de 50,3%, mas cai para 23,0% entre as que possuem posições mais centrais. Por outro lado, a proporção de movimentos sociais com centralidade mais alta é maior: passou de 4,0% para 23,0%. No caso de entidades sindicais e ONGs, a relação não varia tanto.

Quanto à região de origem, também há diferenças substanciais. A região “América Latina e Caribe” aparece como origem de várias organizações com centralidade alta – em proporção maior do que sua presença no CI, que passa de 25,3% para 61,5%. O fato é que o FSM nasceu nessa região e os grupos daqui continuam possuindo maior influência na rede do FSM, apesar do alastramento dela para outros continentes. A Ásia, ao contrário, possui 12,9% das entidades do CI, mas apenas 7,6% daquelas com maior centralidade. No caso das outras regiões, inclusive da África, as proporções são semelhantes. Por fim, uma última comparação interessante diz respeito ao período de origem das organizações. Entre as entidades com posições mais centrais na rede, aumentou a proporção das que nasceram na década de oitenta – de 19,8% para 30,7% – ao mesmo tempo em que diminuiu a proporção daquelas originadas após o ano 2000 – de 12,3% para 7,6%.

As tabelas a seguir permitem a visualização do conjunto dos dados de centralidade e composição no CI.

Tabela 2: Composição do Conselho Internacional do Fórum (em %) – Temas mais comuns

Estratos do CI	Tema								
	Glob. Alter./ Justiça Glob	Desen- Volvim.	Comér. Justo	Comu- nicaç.	Traba- lho	Mulher /Femi.	Artic./ Part. Popular	Direitos Humanos	Sober. Alime.
Total do CI	30,2	16,1	3,3	4	8,7	8	7,3	6,7	2
A2	100	0	0	0	0	0	0	0	0
B2	0	0	0	50	0	0	0	0	50
C2	9	27,2	18,1	9	9	9	0	0	9
D2	33,3	10,5	3,5	7	3,5	10,5	10,5	7	0
E2	30,7	19,2	1,2	0	12,8	6,4	6,7	7,6	1,2

Tabela 3: Composição do CI (em %) – Tipos Organizacionais mais comuns

Estratos do CI	Tipos organizacionais					
	Rede/ Campanha/ Fórum	ONG	Movimento Social	Entidade Sindical	Associação de Classe	Entid. Religiosa/ Ecumênica
Total do CI	50,3	29	4	7,3	4	3,3
A2	0	100	0	0	0	0
B2	0	50	50	0	0	0
C2	36,3	36,3	9	9	0	0
D2	50,8	24,5	5,2	3,5	8,7	7
E2	53,8	30,7	1,2	10,2	1,2	1,2

Tabela 4: Composição do Conselho Internacional do Fórum (em %) - Origens mais comuns*

Estratos do CI	Região de Origem				
	América Latina e Caribe	Europa Ocidental	EUA e Canadá	Ásia	África
Total do CI	25,3	31,4	11,1	12,9	13,5
A2	100	0	0	0	0
B2	40	20		20	20
C2	41,6	33,3	16,6	0	8,3
D2	31	29,3	10,3	17,2	6,8
E2	17,4	32,5	11,6	11,6	18,6

* Como algumas entidades alegam ter sua origem em mais de uma região, o universo (100%) desta tabela não é o número de organizações do CI (149), mas a quantidade de referências às regiões. Por exemplo, no grupo B há duas entidades, uma proveniente da América Latina e Caribe e outra cuja origem se divide entre América Latina, Europa Ocidental, Ásia e África. Nesse caso, o universo do grupo B é 5 (100%) – exatamente o número de referências sobre a origem.

Tabela 5: Composição do Conselho Internacional do Fórum (em %) – Período de Fundação

Estratos do CI	Período de Fundação				
	2000 em diante	1990 a 1999	1980 a 1989	1970 a 1979	1960 a 1969
Total do CI	12,3	41,1	19,8	10,7	4,9
A2	0	0	100	0	0
B2	0	50	0	50	0
C2	9	45,4	27,2	9	9
D2	16,3	38,7	22,4	6,1	6,1
E2	10,3	43,1	15,5	13,7	3,4

Uma outra medida de centralidade calculada pelo Ucinet, chamada de “Freeman Betweenness” e exposta na *Tabela 1*, trabalha com a dimensão total da rede ao avaliar qual o potencial de cada um dos atores intermediarem relações uns com os outros. O pressuposto teórico é que, quanto mais um ator necessita ser acionado para intermediar a relação com outro – justamente porque ele se coloca entre eles na rede – mais alta centralidade – e poder – ele terá. As cinco organizações com maior “Freeman Betweenness” também estão na lista daquelas com mais alto *indegree*. São elas Ibase, Oxfam Internacional, IPS, Agência Latino-Americana de Informação e Aliança Social Continental.

Todos esses dados sobre a centralidade no Conselho Internacional podem ser analisados a partir de três dimensões.

A primeira é que eles revelam traços de uma face da identidade coletiva do FSM que parece mais precisa do que a simples composição do CI poderia revelar: o Fórum é mais latino-americano do que parece; as redes e coalizões, tão caras para os movimentos contemporâneos, não possuem a força que sugeriam ter a partir de sua alta proporção no CI, tanto que boa parte das entidades mais centrais nasceu na década de oitenta e, portanto, já são mais consolidadas; por fim, o tema da Globalização perde espaço para questões como Desenvolvimento e Comércio, talvez porque naquela época aquele não era o tema central que é hoje.

Uma segunda reflexão possível a partir dos dados de centralidade diz respeito aos vínculos entre os atores centrais. O que se pode ver dos vínculos oriundos das organizações que mantêm alta centralidade na rede desde o início do FSM é que as conexões entre elas são apenas parciais. Das sete organizações centrais ao longo de todo o tempo – MST, IPS, Ibase, Agência Latino-Americana de Informação, Oxfam, Social Watch e Via Campesina –, apenas essas duas últimas não responderam ao gerador de

nomes sobre seus vínculos mais intensos. No caso do MST, ele informou manter laços fortes com a Via Campesina e a Agência Latino-Americana de Informação; o IPS, apenas com a Agência; o Ibase, com a Oxfam e a Social Watch; a Agência, apenas com a Via Campesina; e a Oxfam, com o Ibase, o IPS e a Via Campesina.

Esses dados revelam que as “cabeças do FSM” mantêm vínculos, mas não de maneira intensa. Isso, por um lado, dificulta que conflitos entre as partes sejam solucionados com maior agilidade e, por outro, poderia inibir o fortalecimento da rede. A noção, portanto, de o que FSM caminha para se transformar em um movimento social, com um núcleo mais conectado, termina enfraquecida.

A terceira dimensão que merece ser debatida sobre os dados de centralidade diz respeito aos motivos que permitiram determinadas organizações serem centrais. Uma hipótese é que parte deles ocupa parte do “núcleo duro” porque participa do FSM desde seu momento de fundação. São organizações que assumiram posições-chave sobre o processo de organização dos FSM – como o Ibase –, que tem capacidade de mobilizar um incontável número de militantes – Via Campesina e MST – ou ainda que apóiam financeiramente o FSM – o caso da Oxfam. Isso pode ser comprovado a partir de duas fontes de dados. Primeiro, avaliando-se a proporção de entidades fundadoras em relação ao atual conjunto do CI e em relação ao conjunto de organizações com maior centralidade no CI.

Em 2001, o Conselho Internacional foi criado por 60 grupos da sociedade civil, entre ONGs, movimentos sociais e coalizões. Como possuía ao final de 2007 e início de 2008 – data de referência para a coleta de dados desta dissertação – 149 membros, a proporção de fundadores chegava a 40,2%. Entre as 13 entidades de maior centralidade, porém, a proporção de fundadoras é de 76,6%, o que revela uma forte relação entre antiguidade e poder.

Outra maneira de verificar essa relação é comparando os vínculos existentes entre as organizações antes de 2001 com os atuais. Os 28 entrevistados também responderam sobre isso, e os dados obtidos também podem ser agrupados segundo o *indegree*. As divisões são as mesmas: grupo A1 (*indegree* acima de 7); grupo B1 (*indegree* entre 5 e 6); grupo C1 (*indegree* entre 3 e 4); e grupo D1 (*indegree* entre 1 e 2); grupo E1 (*indegree* 0). Também será dado destaque apenas para os grupos A1, B1 e C1, que justamente contêm as organizações mais centrais na rede do Conselho Internacional.

No grupo A1, há apenas uma entidade: o MST, com *indegree* 7. No grupo B1, aparecem três: a Associação para o Progresso das Comunicações e a Via Campesina, ambas com *indegree* 6, e o Grito dos Excluídos, com *indegree* 5. No grupo C1, estão Ibase, IPS, Agência Latino-Americana de Informação, Attac França e Social Watch, com *indegree* 4, e Fian, CADTM, Ceaal, Aliança por um Mundo Responsável e Solidário e Abong, , todos com *indegree* 3.

Apesar do deslocamento de centralidade com o passar dos anos, sete das 15 entidades observadas como centrais no período pré-FSM permanecem em posição de destaque – MST, Via Campesina, IPS, Ibase, Agência, Social Watch e Oxfam. Isso revela que dentro do atual “núcleo duro” do FSM, há um grupo de organizações que o integra a mais tempo.

Do ponto de vista do deslocamento de centralidades, oito entidades perderam centralidade entre o período pré-Fórum e o final de 2007/início de 2008 – são elas a Associação para o Progresso das Comunicações, Grito dos Excluídos, CADTM, Ceaal, Aliança por um Mundo Responsável e Solidário, Attac França, Fian e Abong. São organizações bastante diferentes umas das outras, tanto do ponto de vista organizacional quanto temático, o que dificulta a formulação de uma hipótese para a perda de

influência de cada uma na rede do Fórum. É preciso salientar, no entanto, que as cinco primeiras organizações classificam-se como redes ou coalizões, indicando que essa forma organizacional não se sobressaiu no sentido de manter vínculos. No caminho contrário, outras cinco organizações ganharam centralidade entre o primeiro e o segundo momento da pesquisa. São elas Action Aid, IATP, Eurolat, Aliança Social Continental e Marcha Mundial de Mulheres. Nesse caso, também não é clara a existência de um padrão. As três primeiras organizações foram classificadas como redes ou coalizões, e as outras ONGs.

O que se pode notar, porém, é uma tendência de redução das redes e coalizões entre as entidades de maior centralidade. Como já foi dito antes, a presença desse tipo organizacional entre as 149 organizações do Conselho Internacional do Fórum é de 50,3%, mas esse número cai para 23% no conjunto de 13 entidades de maior centralidade entre o final de 2007 e início de 2008. No grupo de organizações mais centrais na era pré-Fórum, a presença das redes e coalizões era de 50%.

Essa tendência manteve-se mesmo com o adensamento da rede do Conselho Internacional. Ao fazer o levantamento das redes nos momentos 1 e 2, em tese o número de vínculos poderia ter se mantido constante, porque em ambos os casos se solicitou que o entrevistado apontasse seus cinco vínculos mais fortes. No entanto, alguns não chegaram a esse número, mesmo com o envio da lista de organizações para se evitar lapsos de memória ou memória seletiva. Somados os dados, o que se percebeu entre as 28 entidades que participaram da pesquisa é que ocorreu um pequeno adensamento, na casa dos 7%. Antes de 2001, eram foram 222 vínculos citados pelos 28 inquiridos; em 2008, já são 238.

Para encerrar este capítulo sobre Análise de Redes, cabe um breve comentário sobre a diversidade dos vínculos existentes entre as organizações. Muitas interações de

movimentos sociais, longe de serem aleatórias, seguem determinado padrão, o que pode fornecer informações sobre a lógica de alianças de um dado movimento ou ainda acerca de sua própria identidade (Diani, 2002: 175). Ao longo desta dissertação, já se afirmou que há uma tendência de as organizações trabalharem cada vez mais com temas transversais. O que se percebe, através da análise de rede, é que também, no caso dos vínculos, são bastante comuns interações heterogêneas – não apenas na questão temática, mas também na organizacional.

Entidades de comunicação como a Agência Latino-Americana de Informação e o IPS, por exemplo, alegam manter vínculos fortes com organizações que trabalham com o tema do comércio, da identidade étnica, do feminismo, da agricultura, das finanças e da dívida externa. Da mesma maneira, organizações com características de articuladoras, como Oxfam e Ibase, revelam laços fortes com entidades de comunicação, de agricultura, feministas e ordem mundial. É através da articulação dessa diversidade, talvez complexa para aqueles ativistas que sentam à mesa e vão a campo, que a coalizão do Fórum demonstra originalidade. Não é a primeira vez que isso ocorreu, como demonstram as articulações entre feministas e grupos de combate a pobreza na década de 1990, no Canadá, mas com tal abrangência de espectro vista nos Fóruns talvez o seja.

As articuladoras, seja com suporte metodológico, seja com recursos de vários tipos, inclusive financeiros, seja com orientação programática, aparecem em vínculos fortes de uma série de organizações que responderam ao questionário. Ibase, Oxfam, Action Aid International e uma série de outras entidades de caráter internacional desempenham esse papel. Pelo menos a metade dos 28 grupos entrevistados possui claramente um vínculo com uma organização que possui esse caráter.

Surgidos na década de 1990, esses novos atores ganharam centralidade e posicionaram-se ao lado dos movimentos sociais, destacando-se por sua capacidade de agregação de demandas e de coordenação de outros atores (Gurza Lavalle, Castello e Bichir, 2004). Esse novo cenário apenas se tornou possível pois a visão de articulação no âmbito dos movimentos sociais mudou (Sherer-Warren 1995:170). Antes, a orientação marxista preponderante em muitos sindicatos tinha a noção de articulação como necessidade de unicidade entre os setores e grupos articuláveis; hoje, o conceito mudou e é compreendido como rede que se constrói enquanto complementaridade de ideais e experiências de atores e setores plurais e diversificados.

Dentro desse conceito, o Fórum possui uma série de organizações articuladoras em sua rede e três delas estão entre as mais citadas nesta investigação, revelando sua centralidade: o Ibase, de origem brasileira, a Action Aid, natural da Grã-Bretanha, mas que em 2003 mudou seu escritório central para a África do Sul, e a Oxfam, originária da Grã-Bretanha, e hoje com escritórios em treze países. As duas primeiras receberam quatro citações de vínculos e a última, outros dois, entre as 28 organizações que responderam o questionário. A forte presença das articuladoras justifica-se por elas estarem relacionadas a um dos principais objetivos do Fórum: fortalecer a rede das organizações. Para isso, esse tipo particular de organização tem desenvolvido metodologias específicas para fortalecer os laços entre as entidades. Não é à toa que as discussões metodológicas sempre tomaram tempo das reuniões do CI, cuja meta nos debates é chegar a consensos sem desrespeito à diversidade de visões.

Considerações Finais

Lançado em 2001, o Fórum Social Mundial chega a seu nono ano de vida com uma história de internacionalização e adensamento de sua rede. Seus eventos, que chegaram a reunir mais de 100 mil pessoas em Porto Alegre, já são tão notórios quanto os do Fórum Econômico Mundial de Davos, sua antítese ideológica. Mas a longevidade do FSM serve de justificativa para autores produzirem análises extremamente estilizadas sobre seu futuro, não apenas sobrevalorizando as capacidades da rede quanto prevendo que o FSM poderia transformar-se em um movimento social.

Acerca das capacidades das redes, a literatura sobre movimentos sociais possui uma ampla área desenvolvida, em que uma rede de organizações mais dinâmica e horizontal é vista como uma das bases da ação coletiva na contemporaneidade. Autores como Melucci, Cohen e Keck produziram trabalhos nesse sentido, inclusive com uma abordagem sobre as organizações que atuam no plano transnacional. Essa literatura é fundamental para a análise de fenômenos recentes como o FSM, ainda pouco pesquisados no âmbito das Ciências Sociais.

Um dos caminhos teóricos escolhidos por essa dissertação para investigar o Fórum trata-se dos estudos sobre identidade coletiva dos movimentos sociais. Parte de um arcabouço teórico que valoriza aspectos da cultura, a noção de identidade ajuda a iluminar o FSM e colabora para enfraquecer visões que o colocam como um movimento social de fato. Da rede do Fórum, participam entidades que assumem diferentes tipos organizacionais, defendem ideologias muitas vezes incompatíveis e optam por práticas de luta diversas, do lobby em gabinetes oficiais aos protestos de rua. Essa radiografia sugere as enormes dificuldades que as organizações participantes do FSM possuem para

convergiem suas propostas contra seu inimigo declarado – a chamada globalização neoliberal.

Essa análise é reforçada pela abordagem metodológica utilizada nesta dissertação de mestrado para investigar as relações de poder dentro do Conselho Internacional do FSM, seu órgão mais representativo, formado por 149 entidades. Através da Análise de Redes Sociais, verificou-se que o CI não é tão horizontal como muitos poderiam crer: há organizações que mantêm posições mais centrais do que outras na rede e, portanto, possuem mais oportunidades de fazer valer seus interesses.

Além disso, em que pese o CI ser formado, majoritariamente, por aquelas entidades típicas da contemporaneidade, ou seja, as redes e coalizões, a maioria das organizações de maior centralidade são ONGs ou movimentos sociais de base, que são mais hierarquizadas, mais antigas e que trabalham com temas diversos em relação à globalização, como programas de desenvolvimento humano e direitos trabalhistas. Através da Análise de Rede, também se pode observar que, entre o período anterior ao primeiro Fórum, em 2001, e o final de 2007 e início de 2008, quando as entrevistas foram realizadas, ampliou-se a porcentagem dessas organizações mais tradicionais entre aquelas de maior centralidade no Conselho Internacional.

Com base nesses dados, é possível concluir que a importância de organizações como ONGs e movimentos sociais dentro do FSM é maior do que sugerem análises sobre as redes e coalizões. Por um lado, é preciso destacar que autores como Melucci e Cohen fazem ressalvas às reais capacidades transformadoras das redes e ao risco permanentemente de fragmentação que elas sofrem, o que dificultaria sua atuação como ator. Por outro, também é verdade que essas análises, a luz do fenômeno do FSM, poderiam sugerir que as redes possuiriam um poder maior do que de fato têm.

Entretanto, apesar de seus conflitos internos reais e potenciais, o FSM continua vivo e chega a seu nono ano de vida em 2009. Essa perenidade se justifica pela manutenção de um “núcleo duro” em seu interior. Dentro do CI, sete organizações mantêm-se em posições centrais desde 2001 – MST, Via Campesina, IPS, Ibase, Agência Latino-Americana de Informação, Social Watch e Oxfam Internacional – e outras seis conquistaram essa posição privilegiada nos últimos anos.

São todas elas as fiéis mantenedoras de normas de conduta e metodologia de trabalho que ajudam a mediar conflitos e impedir que a rede se desfaça. Essa técnica do consenso determina que o FSM não produza um documento ao final dos encontros, evite líderes e priorize os facilitadores, encaminhe apenas decisões tomadas por consenso e não organize atividades – como conferências e protestos – em seus encontros a partir de seus órgãos representativos, mas deixe essa tarefa a cargo das próprias organizações. Curiosamente, essas medidas que não impõem a convergência têm permitido a manutenção e a expansão da rede do FSM, ainda que fundadas em uma identidade coletiva rarefeita, traduzida na famosa Carta de Princípios do FSM.

Quando John W. Foster³¹ analisou a coalizão informal entre movimentos sociais e ONGs do México, dos EUA e do Canadá contra o Nafta, iniciada no final da década de oitenta, avaliou que quando os membros vêem uma única identidade sendo compartilhada, isso serve de incentivo à solidariedade, à união e à ação coletiva. Mas também pode dificultar a expansão para incluir outros grupos ou aliados, já que costumam ser as disputas sobre identidade, segundo observação de Foster, as geradoras de situações irreconciliáveis entre os grupos.

Por fim, os resultados da Análise de Rede apontam também que as organizações mais centrais do CI não estão plenamente conectadas uma com as outras. Isso revela

³¹ Foster, in Bandy e Smith (2005).

que o FSM, apesar de ter um núcleo, não é conduzido de maneira centralizadora, e que a técnica do consenso relatada anteriormente estaria baseada em uma *percepção esclarecida* de que não é possível forçar a convergência. A luz dos dados obtidos nesta dissertação e das análises feitas, o FSM é melhor retratado tal qual um espaço de articulação, real e virtual, em que os movimentos sociais de base e as ONGs ainda possuem mais influência do que as redes e coalizões.

Bibliografia

- ALLAHWALA, A. e KEIL, R. (2005). *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 29, número 2, p. 409-416.
- AMIN, S e HOUTART, F. (orgs.). (2003). *Mundialização das Resistências: o estado das lutas 2003*. Trad. Dunia Maricinho Silva et al. São Paulo, Cortez.
- AMOORE L. e LANGLEY P. (2004), "Ambiguities of global civil society". *Review of International Studies*, Cambridge, v.30, n.01, p.89-110.
- ANDERSEN, P (2002). *Afinidades Seletivas*. São Paulo, Boitempo, p. 252-253
- ANHEIER, H., GLASIUS, M. e KALDOR, M. (2001), "Introducing Global Civil Society", In: _____. (eds) *Global Civil Society 2001*. London School of Economics and Political Science, Oxford, Oxford University Press, p. 3-22.
- ARRIGHI, G. (1994). *O longo século XX*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Unesp
- ASSIES, Willen (1980). "Of structure moves and moving structures: an overview of theoretical perspectives of social movements", in: W. Assies & G. Burgwal & T. Salman, *An introduction to the theories of urban movements in Latin America*. Amsterdã, Cedla, Latin America Series, número 55.
- AVRITZER, L. (1994), *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.
- BAYLIS, J. e SMITH, S. (eds.). (2003), *The globalization of World Politics: an introduction to international relations*. Oxford: Oxford University Press.
- BAKER, G. (2005), "Saying global civil society with rights". In: BAKER, G e CHANDLER, D. *Global Civil Society: Contested Futures*. London, Routledge, p. 114-129.
- BANCO MUNDIAL. (2000), "Consultations with Civil Society Organizations: general guidelines for World Bank staff". Washington, DC: The World Bank.
- Disponível em:
<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/CSO/0,,contentMDK:20098376~menuPK:277367~pagePK:220503~piPK:220476~theSitePK:228717,00.html>
- BANDY, J e SMITH, J. (2005) *Coalitions across borders*. Oxford, Rowman & Littlefield Publishers.
- BAUMAN, Z. (1998), *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed..
- BAYNES, K. (2002). "A critical perspective in civil society", in: N.L. Rosemblum e R.C. Post (e), *Civil Society and Government*. Princeton Uni. Press.
- BECK, U. (1999), *O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização*. Trad. André Carone. São Paulo, Paz e Terra.
- _____. (2003a), *Liberdade ou Capitalismo/Ulrick Beck conversa com Johannes Willms*. Trad. Luiz Antonio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP.
- BOBBIO, Norberto (1988). "Gramsci and the concept of civil society", in: J. Keane (ed), *Civil Society and the State*. Verbo, London.
- _____. (1994), *O conceito de sociedade civil*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Paz e Terra.
- BORÓN, A. (2003). *Império & imperialismo*. Buenos Aires, Clacso.
- CASTAÑEDA, J. (1994). *Utopia desarmada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CASTELLS, M (1976). *Lutas urbanas e poder político*. Porto, Cidades em XXX.
- _____. (1999a), *O Poder da Identidade*. 2ª ed. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (1999b), "Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação". In: BRESSER PEREIRA, SOLA e WILHEIM (orgs.), *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo, Editora Unesp, 1999, p. 147- 171.
- CHANDLER, D. (2004), "Building Global Civil Society 'From Below'?" *Millennium: Journal of International Studies*, London, v.33, n.2, p. 313-339.
- _____. (2005), *Constructing Global Civil Society*. 2a ed, New York: Palgrave Macmillan.

- COLÁS, A. (2001), "International Society 'From Below': Civil Society and the Expansion of International Society" - DRAFT VERSION - Paper Presented at the Pan-European International Relations Conference, University of Kent at Canterbury, 9 September 2001.
- _____. (2002), *International Civil Society: Social Movements in World Politics*. Oxford: Polity.
- _____. (2005), "Global Civil Society: Analytical Category or Normative Concept?". In: BAKER, G. & CHANDLER, D. (Eds.) *Global Civil Society: Contested Futures*. London: Routledge, p. 17-33.
- BAYLIS, J. e SMITH, S. (eds.). *The globalization of World Politics: an introduction to international relations*. Oxford: Oxford University Press, p.709-725.
- COHEN, Jean (1985). "Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements", in *Social Research*, volume 52, número 4.
- _____. (2003) "Sociedade civil e globalização: repensando categorias". *Dados*, v.46, n.3, p. 419-459.
- COHEN, J. e ARATO, A. (1999), *Civil Society and Political Theory*. 5th. Ed. Cambridge: MIT Press.
- CONWAY, J. (2005). *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 29, número 2, p. 425-428.
- COSTA, S. (2005), "Democracia Cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos". In: TOSTES, A.P. e VITA, A. (org.) *Justiça e processos democráticos internacionais*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, p. 35-59.
- _____. (2002), *As cores de Ercília*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- _____. (1997), "Contexto da construção do espaço público no Brasil". *Novos Estudos*, n.47, p. 179-192.
- COX, R. W. (1986), "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory". In: KEOHANE, R. (ed.). *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press, p.204-254.
- _____. (1983) "Gramsci, hegemony, and international relations an essay in method". In: COX, R. & SINCLAIR, T. *Approaches to world order*. Cambridge, Cambridge Univ. Press.
- _____. (1999), "Civil Society at the Turn of the Millennium: Prospects for an Alternative", *Review of International Studies*, v.25, n.1, p.3-28.
- _____. (2002), *The Political Economy of a Plural World: critical reflections on power, morals and civilization*. Capítulo 1, Michael G. Schechter. London and New York: Routledge.
- DIANI, M (2002). *Networks Analysis*, in Klandermans, B. e Staggenborg, S.(eds). *Methods of Social Movement Research*. Mineápolis (EUA): University of Minnesota Press.
- EHRENBERG, John. *Civil society: the critica history of an idea*. New York, University Press, 1999.
- ELTIONI, Amitai. (2004), "The Capabilities and Limits of the Global Civil Society". *Millennium: Journal of International Studies*, March 2004, v.33, n.2, p. 341-353.
- ENGELKE, C. R. (2004). *Fórum Social Mundial: unidade na diversidade*, dissertação de mestrado. Porto Alegre, UFRGS.
- EVANGELISTA, A. C. P. (2006). *Perspectivas sobre a "sociedade civil global" no estudo das relações internacionais*. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC-SP.
- EVERS, T. (1984). "Identidade: a face oculta dos movimentos sociais", in: *RBCS*, volume 2, número 4.
- FALK, R. (1992), "The Infancy of Global Civil Society". In: LUNDESTAD, G. & WESTAD, O.A. (eds.) *Beyond the Cold War: New Dimensions in International Relations*. Oslo: Scandinavian University Press.
- _____. (1994), "The Making of Global Citizenship". In: VAN STEENBERGEN, B. *The Condition of Citizenship*. Londres: SAGE Publications, p. 127-140.
- _____. (1995), *On Humane Governance: Toward a New Global Politics: The World Order Models*. Project Report of the Global Civilization Initiative. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press.

- _____. (1998), "Global Civil Society: Perspectives, Initiatives, Movements". Oxford Development Studies, v.26, n.1, p.99-110.
- _____. (1999), *Predatory Globalization: a critique*. New York: Polity Press.
- _____. (2005), "The changing role of global civil society". In: BAKER e CHANDLER (eds.) *Global Civil Society: contested futures*. London: Routledge, p. 69-84.
- FERREIRA, O. S. (1994), "A Crise da Representação da Sociedade Civil". São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação Seade, v.8, n.2, Abril-Junho de 1994, p.3-6.
- FIORI, J. L. (2003). *60 lições do 90*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- FISHER, Willian; Ponniah, Thomas. *Another World is Possible*. Londres, Cox & Wyman, 2003.
- FLORINI, A. M. (Ed.). (2000), *The Third Force: The Rise of Transnational Civil Society*. Carnegie Endowment for International Peace, Washington DC.
- _____. (2001), "Transnational Civil Society". In: EDWARDS, M & GAVENTA, J (eds) *Global Citizen Action*, London: Earthscan.
- FUKUYAMA, F. (1989). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco.
- GALEANO, E. (2002) *O teatro do bem e do mal*. Porto Alegre, L&PM.
- GERMAIN, R. D. e KENNY, M. (1998), "Engaging Gramsci: International Relations Theory and the New Gramscians", *Review of International Studies*, v.24, n.1, p.3-21.
- _____. (eds). (2005), *The Idea of Global Civil Society: politics and ethics in a globalizing era*. London, Routledge.
- GEORGE, S. (2002), "El Movimiento Global de Ciudadanos: un nuevo actor para uma politica nueva". *Foreign Affairs en Espagnol*, Primavera 2002, p.114-129.
- GILL, S. (1991), "Reflections on Global Order and Sociohistorical Time", *Alternatives*, v.16, n.3, p.275-314.
- _____. (1995), "Theorizing the interregnum: the double mouvement and global politics in the 1990s". In: AMOORE, L. (ed.) (2005). *The Global Resistance Reader*. London and New York: Routledge, p. 54-64.
- _____. (1997) "Gramsci, modernity and globalization". In: *Gramsci And The Twentieth Century Conference*. Istituto Fondazione Gramsci, Sardinia. Disponível em: http://www.italnet.nd.edu/gramsci/resources/online_articles/articles/gill01.shtml.
- _____. (2000), "Toward a Postmodern Prince? The Battle in Seattle as a Moment in the New Politics of Globalization", *Millennium: Journal of International Studies*, v29, n1, p131-140.
- GLASIUS, M. e KALDOR, M. (2002), "The State of Global Civil Society: Before and After September 11". In: ANHEIER, H., GLASIUS, M. e KALDOR, M. *Global Civil Society 2002*. London School of Economics and Political Science, Oxford: Oxford University Press, p.3-33.
- GÓMEZ, J.M. (2000), *Política e democracia em tempos de globalização*. Rio de Janeiro, Vozes.
- _____. (2001), "¿Desafiando a la gobernancia neoliberal? Sociedad civil global, activismo transnacional y agencias económicas multilaterales". *OSAL, Observatorio Social de América Latina*, n. 3, p.172-176.
- _____. (2002), "O 2º Fórum Social Mundial de Porto Alegre e os Desafios do Movimento Social Global". *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v.24, n.2, julho/dezembro de 2002, p.329-361.
- _____. (2004a), "El segundo Foro Social Mundial de Porto Alegre y los desafíos del movimiento social global contrahegemónico". En publicacion: *América Latina y el (des)orden global neoliberal. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas*. José María Gómez. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/relint/gomez.pdf>
- _____. (2004b), "De Porto Alegre a Mumbai. El Foro Social Mundial y los retos del movimiento altermundista". En publicacion: *Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI*. Ana Esther Ceceña. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena2/gomez.rtf>
- GOHN, M. G. (1996). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Loyola.

- GRANOVETTER, M (1973). The strength of weak ties, in *American Journal of Sociology*. Vol. 78, No. 06.
- GREFE, C., GREFFRAT, M. e SCHUMANN H (2005). *Atacc: o que querem os críticos da globalização*. Rio de Janeiro, Globo.
- GURZA LAVALLE, A. (1999), “Crítica ao modelo da nova sociedade civil”. *Lua Nova*. São Paulo, CEDEC, n.47, p.121-137.
- _____. (2003), “Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990”. *Novos Estudos*, n.66, junho de 2003, p.91-109.
- GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G. e BICHIR, R.M. (2004), “Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais”. *Política e Sociedade*, v.1, n.5.
- HARDT, M. (1995), “The whitering of civil society”. *Social Text*, v.14, n.4, (winter 1995), p.27-44.
- _____. (2002). From Porto Alegre, *New Left Review*, n.14, mar./abr.
- _____. (2005). “Porto Alegre: Today’s Bandung?”. In: AMOORE, L. (ed.) *The Global Resistance Reader*. London and New York: Routledge, p. 190-193.
- HARVEY, D. (2001), *Condição Pós-moderna*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 10a. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- HELD, D. (1995), *Democracy and the Global Order*. California: Stanford University Press.
- _____. (1998), “Democracy and Globalization”. In: ARCHIBUGI, D, HELD, D e KÖHLER, M. (eds.). *Reimagining Political Community: Studies in Cosmopolitan Democracy*. California: Stanford University Press, 1998, p. 11-27.
- _____. (2003), “From Executive to Cosmopolitan Multilateralism”. In: HELD, D e KOENIG-ARCHIBUGI, M. *Taming Globalization: frontiers of governance*. Cambridge: Polity, p.160-186.
- HELD, D.; MCGREW, A; et al.. (eds.). (1999), *Global Transformations: politics, economics and culture*. California: Stanford University Press.
- HELD, D. e MCGREW, A. (2000a), *The Global Transformations Reader: an introduction to the globalization debate*, Cambridge: Polity Press.
- _____. (2000b), *Prós e Contras da Globalização*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- HOBSBAWN, E. (1995) . *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- _____. (1997). *A era das revoluções*. São Paulo, Paz e Terra.
- HONNETH, Alex. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. SP, Editora 34, 2003.
- HOUTART, F. e POLET, F. (coordenadores). (2002), *Outro Davos: mundialização de resistências e de lutas*. Trad. Mariclara Oliveira. São Paulo: Cortez.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1997.
- IANNI, O. (2002), *Teorias da globalização*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IGLESIAS, F. (2004). *Qué significa hoy ser de izquierda*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana.
- KALDOR, M. (1999), “Transnational Civil Society”. In: DUNNE, T. e WHEELER, N (eds.) *Human Rights in Global Politics*. Cambridge University Press, p. 195-213.
- _____. (2000) “Civilising' Globalisation? The Implications of the 'Battle in Seattle'”. *Millennium: Journal of International Relations* 1 January 2000, v.29, n.1, p.105-114.
- _____. (2003a), *Global Civil Society: an answer to war*. Cambridge: Polity.
- _____. (2003b), “The idea of global civil society”. *International Affairs*, v.79, n.3, p.583-593.
- _____. (2005), “The idea of global civil society”. In: BAKER, G. e CHANDLER, D. (eds.) *Global Civil Society: contested futures*. London: Routledge, p.103-113.
- KEANE, J. (1998), *Civil Society: old images, new visions*. Stanford, Stanford Univ. Press.
- _____. (2001), “Global Civil Society?” In: ANHEIER, H., GLASIUS, M. e
- KECK, M. E. e SIKKINK, K. (1998), *Activists beyond Borders: Advocacy networks in international politics*. Ithaca: Cornell University Press.

- KENNY, M. (2003), "Global civil society: a liberal-republican argument". Review of International Studies, v.29, Supplement S1, p.119-143.
- KEOHANE, R.O. e NYE J.S. (eds.). (1971), Transnational Relations and World Politics. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- LIPSCHUTZ, R. D. (1992), "Reconstructing World Politics: the emergence of global civil society". Millenium: Journal of International Studies, v.21, n.3, p.389-420.
- _____. (2004), "Global civil society and governmentality: resistance, reform or resignation?" In: BAKER & CHANDLER (eds.) Global Civil Society: contested futures. London: Routledge, p.171-185
- _____. (2005), "Power, Politics and Global Civil Society". Millenium: Journal of International Studies, v.33, n.3, p.747-769.
- LACAU, E. (1976). "Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social", in: RBCS, volume 1, número 2.
- LEHER, R e SETÚBAL, M (orgs.) (2005). Pensamento crítico e movimentos sociais. São Paulo, Cortez.
- MACDONALD, L. (1994), "Globalising Civil Society: Interpreting International NGOs in Central America". Millenium: Journal of International Studies, v.23, n.2, p.267-285.
- MARCUSE, P. (2005). Internacional Journal if Urban and Regional Research, vol. 29, número 2, p. 417-424.
- MARQUES, E. (2000). Estado e redes sociais :permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Editora Revan..
- MARTELETO, Regina Maria. Ci. Inf., Brasília, v. 30, n. 1, pág. 71-81, jan./abr. 2001
- MCDONALD, K. (2006), Global Movements: action and culture. Blackwell Publishing.
- MELUCCI, A. (1989). Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society. Grã Bretanha, Temple University Press.
- _____. (1989b). Um objetivo para os movimentos sociais?, in Lua Nova, Junho de 1989, número 17.
- _____. (1996). Challenging Codes: Collective Actor in the Information Age. Cambridge, NY. Cambridge University Press.
- _____. (2001). A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas. São Paulo, Vozes.
- MESZÁROS, I. (2003). O século XXI – socialismo ou barbárie?. São Paulo, Boitempo.
- MORRIS, A. e MUELLER, C (eds) (1992). Frontiers in Social Movement Theory. Yale University Press.
- NAY, O. (2007) História das idéias políticas. Petrópolis, RJ, Editora Vozes.
- NOGUEIRA, M.A. (1994), "A Sociedade Civil contra a Política?". São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação Seade, v.8, n.2, Abril-Junho de 1994, p.21-26.
- _____. (2001), Em defesa da política. São Paulo: Editora Senac.
- _____. (2003a), "As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização". In:
- O'BRIEN, R., GOETZ, A., SCHOLTE, J.A. e WILLIAM, M. (2000), Contesting Global Governance. Multilateral Institutions and Global Social Movements. Cambridge: Cambridge University Press.
- PETERSON, M.J. (1992), "Transnational activity, international society and world politics". Millenium: Journal of International Studies, v.21, n.3, p.371-388.
- PUTNAM, R. (2000). Bowling alone: the collapse an revival of american community. Simon & Schuster.
- RAMONET, I (2002). Entrevista no livro Porto Alegre: uma Assembléia da Humanidade. Barcelona, IPS.
- RESTREPO, L.A. (1990), "A Relação entre a Sociedade Civil e o Estado – elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina". Tempo Social. USP, São Paulo, v.2, n.2, 2º sem. 1990, p.61-100.
- ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. (Orgs.). Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: UnB, 2000
- ROSENBERG, J. (2001), The Empire of Civil Society: a critique of the realist theory of international relations. 2a. ed. London: Verso.

- RUGGIE, J. G. (2005). Reconstituting the Global Public Domain – issues, actors, and practices, in *European Journal of International Relation*, Vol. 10(4), p. 499-531
- SADER, Eder (1998). Quando novos personagens entram em cena. São Paulo, Paz e Terra.
- SADER, Emir (2003). A vingança da história. São Paulo, Boitempo.
- SANTOS, B. S. (org.). (1997), “Por uma concepção multicultural de direitos humanos”. Lua Nova, São Paulo, n.39, p. 105-124.
- _____. (2002) A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez.
- _____. (2005) O Fórum Social Mundial: manual de uso. São Paulo, Editora Cortez.
- SARFATI, G. (2006) Teoria de Relações Internacionais. São Paulo, Editora Saraiva.
- SCOTT, J (1992). Social Networks analysis. Newbury Park, Sage Publications.
- SHAW, M. (1992), “Global society and global responsibility: the theoretical, historical and political limits of ‘international society’”. *Millenium: Journal of International Studies*, v.21, n.3, p.421-434.
- _____. (1994) “Civil Society and Global Politics: Beyond a Social Movements Approach”. *Millenium: Journal of International Studies*. v.23, n.3, p.647-667.
- SEOANE, José; TADDEI, Emilio. Resistencias Mundiales – De Seattle a Porto Alegre. Buenos Aires, Clacso, 2001.
- SHERER-WARREN, I. (1995). “ONGs na América Latina: trajetória e perfil”, in: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania. São Paulo, Artes, 1995.
- SLATER, David (1980). “Social Movements and the recasting of the political”, in: D. Slater (og.), *New social movements and the state in Latin America* Amsterdã, Cedla, Latin America Series, número 29.
- TARROW, S. (2005). The New Transnational Activism. Cambridge University Press
- TOURAINÉ, A. O Retorno do Ator: ensaio sobre sociologia. Lisboa, Instituto Piaget.
- TEIXEIRA, E. C. (1999), “Participação cidadã na sociedade civil global”. Lua Nova. São Paulo, CEDEC, n.46, p.135-168.
- _____. (2001), O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA.
- TILLY, C. (1985). “Models and realities of popular collective action”, in: *Social Research*, volume 52, número 4.
- _____. (1999) From interactions to outcomes in social moviments, in *How social moviments matter*. Marco Giugni, Doug McAdam e . Minessota, University of Minnesota Press.
- RISSE-KAPPEN, T. Bringing transnational relations back in. Cambridge University Press.
- VIEIRA, L. (1996), “Sociedade Civil e Espaço Global”. *São Paulo em Perspectiva*, v.10, n.4, p.107-119.
- _____. (1998), Cidadania e Globalização. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2001), Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro, Record.
- WATERMAN, P. (1998), *Globalization, Social Movements and the New Internationalisms*. London: Mansell.
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. (1994) *Social Network Analysis: methods and applications – Structural analysis in the social sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WHITAKER, F. (1995) O desafio do Fórum Social Mundial. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

Anexo

Características do Conselho Internacional do Fórum

Organizações	Fundação	Tema	Tipo	Fundadora do FSM?	Origem
Grupo A					
Ibase	1981	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG	Sim	América Latina e Caribe
Grupo B					
A. L. Inform.	1977	Comunicação	ONG		América Latina e Caribe
V. Campes.	1992	Soberania Alimentar	Movimento Social	Sim	Ásia/África/América Latina/Europa Ocidental
Grupo C					
Action Aid Int.	1972	Desenvolvimento	ONG		Europa Ocidental/África
I. P. Freire	1991	Educação	ONG		América Latina e Caribe
Oxfam Int.	1995	Desenvolvimento	ONG		Europa Ocidental
Euralat	2003	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
MST	1984	Soberania Alimentar	Movimento Social	Sim	América Latina e Caribe
IPS	1964	Comunicação	Cooperativa	Sim	Europa Ocidental
Aliança S. C.	1997	Comércio Justo	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
IATP	1986	Comércio Justo	ONG		EUA/Canadá
CUT	1983	Trabalho	Entidade Sindical	Sim	América Latina e Caribe
Social Watch	1993	Desenvolvimento	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
M. M. Mulher.	1998	Mulher/Feminismo	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		EUA/Canadá
Grupo D					
Ittijah	1995	Articulação/Participação Popular	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Ásia
Attac Brasil	1999	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG	Sim	América Latina e Caribe
Amarc	1983	Comunicação	Associação de Classe		EUA/Canadá
Arab NGO	1996	Desenvolvimento	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Ásia
CBJP	1968	Globalização Alternativa/Justiça Global	Entidade Religiosa/Ecumênica	Sim	América Latina e Caribe
A. F. Marcosur	2001	Mulher/Feminismo	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
Focus	1995	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG	Sim	Ásia
Fian	1986	Direitos Humanos	ONG		Europa Ocidental
E. H. Alca	2001	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
AFL-CIO	1955	Trabalho	Entidade Sindical		EUA/Canadá
Attac France	1995	Globalização	ONG	Sim	Europa Ocidental

		Alternativa/Justiça Global			
A. I. Center	-	Paz	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Ásia
África T.N.	-	Comércio Justo	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		África
CADTM	1990	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum	Sim	Europa Ocidental
Aprodev	1990	Desenvolvimento	Entidade Religiosa/Ecumênica		Europa Ocidental
Alternatives	1994	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG		EUA/Canadá
Ceaal	1982	Educação	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
AIDC	-	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG		África
Alampyme	1998	Globalização Alternativa/Justiça Global	Associação de Classe		América Latina e Caribe
Babels	2002	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
C. M. Igrejas	1948	Globalização Alternativa/Justiça Global	Entidade Religiosa/Ecumênica		Europa Ocidental
A. da Terra	1971	Meio ambiente	ONG		Europa Ocidental
50 Years E.	1994	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		EUA/Canadá
Abong	1991	Articulação/Participação Popular	Associação de Classe	Sim	América Latina e Caribe
Cidse	1981	Desenvolvimento	Entidade Religiosa/Ecumênica		Europa Ocidental
Fecoc	-	Articulação/Participação popular	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
A. P. Comu.	1990	Comunicação	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		África
F. D. I. Fem.	1948	Mulher/Feminismo	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
Compa	2000	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
FIDH	1922	Direitos Humanos	ONG		Europa Ocidental
Bankwatch N.	1995	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG		Europa Oriental
Forum Poor	1995	Articulação/Participação Popular	Movimento Social		Ásia
Grito dos E.	1997	Articulação/Participação Popular	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
Icae	1973	Educação	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
Ifat	-	Comércio Justo	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
I. A. Habitant	-	Direitos Humanos	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
Ipao	2000	Comunicação	ONG		África
Jubileu S. AL	1997	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
KCTU	1995	Trabalho	Entidade Sindical		Ásia
Land. R. A.	-	Desenvolvimento	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		EUA/Canadá
N. N. Women	2004	Mulher/Feminismo	Movimento Social		Ásia
NIGD	1997	Globalização	ONG		Europa Ocidental/América

		Alternativa/Justiça Global			Latina e Caribe
Oclae	1966	Globalização Alternativa/Justiça Global	Associação de Classe		América Latina
Cedetim	1967	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG		Europa Ocidental
Palest. G. C.	2002	Paz	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Ásia
Peace Boat	1983	Desenvolvimento	ONG		Ásia
P. L. Dir. Hu.	-	Direitos Humanos	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
R. L. Mulher.	1997	Mulher/Feminismo	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
Conaie	1986	Indígenas	Movimento Social		América Latina e Caribe
Rede Consequer	1986	Soberania/Libertação Nacional	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
Rede Dawn	1984	Mulher/Feminismo	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Oceania
R. Mulher e H	1989	Mulher/Feminismo	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
TNI	1974	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG		Europa Ocidental
TWN	1984	Desenvolvimento	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Ásia
Ubuntu	2000	Articulação/Participação Popular	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
U. I. Estudan.	1946	Educação	Associação de Classe		Europa Oriental
Znet	1987	Comunicação	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		EUA/Canadá
Grupo E					
Rede Social	-	Direitos Humanos	ONG	Sim	América Latina e Caribe
C. I. Habitat	1976	Direitos Humanos	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		África/América Latina e Caribe
Rede APM	-	Desenvolvimento	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
INSP	1994	Articulação/Participação Popular	ONG		Europa Ocidental
IPB	1892	Paz	ONG		Europa Ocidental
GTA	1992	Meio Ambiente	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
Oneworld	1955	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG		Europa Ocidental
Caritas I.	1897	Desenvolvimento	Entidade Religiosa/Ecumênica		Europa Ocidental
F. M. Juv. D.	1945	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG		Europa Oriental
R. M. D. Rep.	1984	Mulher/Feminismo	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
Euromarches	1996	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
Alop	1979	Articulação/Participação Popular	ONG		EUA/Canadá
Ass. N. U. P.	1995	Paz	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
ACTU	1927	Trabalho	Entidade Sindical		Oceania
Ass. Eur. Cit.	1990	Paz	ONG		Europa Ocidental
Clacso	1967	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG	Sim	América Latina e Caribe
CLC	1873	Trabalho	Entidade Sindical		EUA/Canadá
Aliança. M. R.	1993	Globalização	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental

P. Solidário		Alternativa/Justiça Global			
C. Indig. Mex.	1994	Indígenas	Movimento Social		América Latina e Caribe
C. F. O. Dav.	2000	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
C. C. Sind. S.	1986	Trabalho	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
Corpwatch	1996	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG		EUA/Canadá
Crid	1987	Desenvolvimento	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
CES	1973	Trabalho	Entidade Sindical		Europa Ocidental
Cives	1994	Políticas Públicas	ONG	Sim	América Latina e Caribe
Fames	-	Mulher/Feminismo	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		África
Forim	2002	Direitos Humanos	ONG		Europa Ocidental
F. M. Alterna.	1997	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum	Sim	África
F. Dakar	-	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		África
F. S. Italiano	2001	Articulação/Participação Popular	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa
Cedar Intern.	-	Direitos Humanos	ONG		Europa Ocidental
C. T. Argent.	1992	Trabalho	Entidade Sindical		América Latina e Caribe
Arena	-	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG		Ásia
GLBT	1992	Direitos Humanos	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe/África
Glob. Exch.	1988	Desenvolvimento	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		EUA/Canadá
APC	1994	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
Glob. P. For.	2003	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
Grassr. G. J.	-	Articulação/Participação Popular	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		EUA/Canadá
Greenpeace	1971	Meio Ambiente	ONG		Europa Ocidental
Colig. J. Eco.	-	Desenvolvimento	ONG		África
Herriak Aske	1987	Soberania/Libertação Nacional	ONG		Europa Ocidental
All Arab P. U.	-	Soberania Alimentar	Associação de Classe		Ásia
IFG	1994	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG		EUA/Canadá
Alternat. Rus.	-	Globalização Alternativa/Justiça Global	ONG		Europa Oriental/Ásia
Int. Gender	1999	Mulher/Feminismo	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
G. U. Iraq.	-	Trabalho	Entidade Sindical		Ásia
Enda	1972	Desenvolvimento	ONG		África
Glob. P. Net.	2000	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		EUA/Canadá
Ituc	2006	Trabalho	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental

Jub. S. Ásia	1997	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Ásia
Jub. S. África	1997	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		África
Jubileu 2000	1998	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental/África/Ásia/América Latina e Caribe
Kenya D. N.	-	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		África
Kopa	1998	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Ásia
Canadian C.	1985	Comércio Justo	ONG		EUA/Canadá
North-Sou. C.	1988	Direitos Humanos	Agência de Cooperação Internacional		Europa Ocidental
O. Afric. T. U.	1973	Trabalho	Entidade Sindical		África
Orit	1951	Trabalho	Entidade Sindical		América Latina e Caribe
Cetri	1976	Desenvolvimento	ONG		Europa Ocidental
PPEHRC	1998	Desenvolvimento	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		EUA/Canadá
Projeto K	-	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
Public Citizen	1971	Políticas Públicas	ONG		EUA/Canadá
R. S. Ásia-P.	-	Articulação/Participação Popular	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Oceania
R. L. Mulh. N.	1990	Mulher/Feminismo	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
Cosatu	1985	Trabalho	Entidade Sindical		África
R. Palest. O.	1993	Paz	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Ásia
R. Transform!	-	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
R. Soc. Solid.	-	Desenvolvimento	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
Repem	1981	Mulher/Feminismo	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		América Latina e Caribe
Réseaux Det.	-	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		África
Sigtur	1999	Globalização Alternativa/Justiça Global	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Oceania
Sodnet	1994	Desenvolvimento	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		África
Solidar	1948	Desenvolvimento	ONG	25 países (22 europeus)	Europa Ocidental
Sol. Afr. N. A.	-	Desenvolvimento	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		África
IFTDH	1960	Desenvolvimento	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Europa Ocidental
Vasudh. K. N.	-	Desenvolvimento	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Ásia/Europa Ocidental
Friends. R. N.	-	Meio Ambiente	Rede/Coalizão/Campanha/Fórum		Ásia
Zanzib. I. F.	1997	Desenvolvimento	ONG		África